



■ Presidente **p.2**

Acelerar a união bancária



■ Parlamento **p.14**

Maioria de esquerda é "maioria de intolerância"

POVO LIVRE



nº 1920

27 de abril de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

PLANO NACIONAL DE REFORMAS OFERECE UM "VAZIO"



■ Pedro Passos Coelho discursou no encerramento das primeiras Conferências da Liberdade em Santarém



Pedro Passos Coelho foi orador convidado de uma conferência na Universidade Católica de Lovaina

Acelerar a união bancária

O presidente do PSD lamenta que o processo de criação de uma união bancária esteja a ser tão demorado, e insiste na necessidade de se criar um Fundo Monetário Europeu. Orador convidado de uma conferência, dia 18 de abril, na Universidade Católica de Lovaina, promovida pelo Partido Popular Europeu (PPE) e consagrada aos desafios que a Europa enfrenta, o líder do PSD centrou o seu discurso (em inglês) na resposta à crise económica e financeira, advertindo que, apesar de o período mais dramático já ter sido ultrapassado, "a situação é ainda muito vulnerável" e seria "imprudente" baixar os braços e esperar que "as feridas da crise saiam" sozinhas.

Pedro Passos Coelho realça que "os níveis de dívida pública são hoje significativamente maiores do que no início da crise" e "o risco de voltar a uma situação de grande pressão financeira é ainda significativo para os países com heranças mais pesadas" ao nível da dívida, o que constitui mais uma razão para acelerar o projeto de uma verdadeira união bancária.

Segundo o presidente do PSD, "o processo de criação da união bancária, que é suposto por fim à fragmentação financeira e reforçar a confiança no sistema bancário, interrompendo o círculo vicioso entre bancos e dívida soberana, está a desenrolar-se de forma demasiado lenta", assinalou".

"Devemos ir mais além e construir uma genuína união bancária, o que pressupõe uma união dos mercados de capitais, que pode trazer mais ambição, mais justiça e uma mais eficiente distribuição dos recursos à

construção de um verdadeiro mercado interno, o que, em muitas áreas, é ainda um objetivo não alcançado", observou, apontando a título de exemplo os setores digital, da energia e dos serviços.

Sustentando que a Europa deve "utilizar bem o tempo" que lhe está a ser "comprado" pelas políticas do Banco Central Europeu (BCE), Pedro Passos Coelho defendeu que esse tempo deve ser usado para implementar rapidamente as reformas institucionais necessárias, sem esperar por novas crises, voltando nesse contexto a sair em defesa da criação um Fundo Monetário Europeu "como forma de acelerar o processo de convergência", uma ideia que tem vindo a defender publicamente há cerca de um ano.

"Se queremos verdadeiramente coordenar as políticas monetária e económica, então o braço monetário da zona euro deve encontrar um verdadeiro equivalente no lado económico. Caso contrário, estamos a criar um novo desequilíbrio dentro da União Monetária", argumentou.

A concluir, Passos Coelho advertiu que "aqueles que asseguram que o projeto da moeda única só pode sobreviver assumindo um Estado europeu, com o seu próprio governo, e uma união orçamental não só estão errados, como estão a agarrar-se a uma ideia politicamente muito irrealista; a um construtivismo artificial e politicamente insustentável, como o demonstram o referendo no Reino Unido e a possibilidade meramente teórica de um 'Brexit'", a saída do Reino Unido da União Europeia.



Governo deve informar se vai tomar medidas adicionais

O líder do PSD defende que o Governo deve dar a conhecer desde já o cenário macroeconómico, considerando que só não o fez ainda por estar a concertar posições com o Bloco de Esquerda e o PCP. Pedro Passos Coelho apontou que “às vezes, os Governos tendem a omitir informação ou a orientar a informação que vão fornecendo” por “razões de natureza política”, e sustentou que será esse o caso no que classifica como falta de transparência do executivo socialista relativamente ao cenário macroeconómico subjacente ao Programa de Estabilidade apresentado. “Nós temos uma maioria que suporta o Governo, mas pelo menos dois dos partidos que constituem essa maioria (BE e PCP) não estão diretamente no Governo, e portanto há uma necessidade de haver uma concertação do partido que está no Governo (PS) com outros partidos que apoiam o Governo. E, às vezes, enquanto essa concertação não é atingida há determinados aspetos que o Governo não está em condições de comunicar, é o caso por exemplo do programa de estabilidade”, argumentou.

Para o líder do PSD, “é natural que o Governo precise de concertar isso com a sua maioria, mas quanto mais rápido for e puder comunicar com transparência, melhor para toda a gente. “Nós só deveremos conhecer o programa sensivelmente daqui a uma semana ou no final desta semana, mas há várias semanas que se vem especulando, e o Governo tem contribuído para isso, sobre o cenário macroeconómico que estará subjacente a esse programa. Ora, ele é fundamental para perspetivar o desenvolvimento do país nos próximos três anos, pelo menos nos próximos três anos. Não é possível ser transparente, mobilizar as famílias, os cidadãos mas também os potenciais investidores sem se perceber qual é que é o quadro da política orçamental em que vamos funcionar nos próximos anos”, sublinhou.

Segundo Passos Coelho, o “importante é que se mantenha uma orientação definida e que não se ande a alternar nas mensagens que se enviam para a sociedade”, pois “a sociedade está preparada para ter boas notícias ou más notícias, o que precisa é de compreendê-las”, e “elas não podem ser muito boas num dia porque estamos todos muito otimistas e passarem a ser muito negativas no outro porque afinal havia algumas coisas que não nos permitiam ter tanto otimismo como isso”. “O que acho é que o Governo não pode numas semanas dizer que não vai tomar medidas nenhuma adicionais



àquelas que já tinha preparado no Orçamento do Estado para este ano, e que tem uma perspetiva de crescimento para a economia extremamente otimista e voluntarista, e depois andar, nas últimas semanas, a comunicar, através

da comunicação social, um cenário pessimista ou negativo que nós não conhecemos ainda em detalhe (...) É preferível ser transparente e dizer logo ao que vamos para todos sabermos com o que é que vamos contar”, reforçou.



Pedro Passos Coelho numa conferência da FLAD

Estratégia de crescimento é “demasiado modesta”

A estratégia de médio prazo que o Governo está a desenhar aponta para um crescimento “demasiado modesto”, pelo que Passos Coelho defende a necessidade de um programa com objetivos “partilhado por todos”. “A estratégia que está desenhada não nos permitirá crescer nos próximos anos mais do que 1 a 2% ao ano. Se isso acontecer, o crescimento será sempre demasiado modesto, não será o suficiente nem para pagar as nossas dívidas, nem para reabsorver o desemprego desde a crise”, afirmou o líder social-democrata, em declarações aos jornalistas à saída de uma conferência promovida pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), 21 de abril.

Passos Coelho admitiu, no entanto, que “as perspectivas de crescimento para Portugal nos próximos anos precisavam de mudar de uma forma mais impressionante” porque são “muito modestas”. “Estamos a falar de uma perspectiva que vai até 2020”, sublinhou, lamentando que a estratégia económica que tem sido apresentada seja apenas “uma extensão daquilo que o Governo tem apresentado nos últimos meses”. “Ser cauteloso não tem nada a ver com ter uma estratégia económica arrojada”, acrescentou, reiterando a necessidade de cautela porque o país não tem “muita margem para errar do ponto de vista das contas públicas”.

Antes, durante a conferência, o líder do PSD e antigo primeiro-ministro já tinha abordado a questão do crescimento económico, apresentando o exemplo da Irlanda, que cresceu 7% em 2015 porque conseguiu atrair investimento estrangeiro. “Se os irlandeses foram bem-sucedidos nesse processo não há nenhuma razão para Portugal também não o ser”, venceu, ressalvando, contudo, que para isso acontecer são necessárias políticas consistentes com esse objetivo.

Considerando que isso não deve ser motivo de disputa entre governos e quem está na oposição, Passos Coelho argumentou que todos têm “a ganhar em que esse processo seja bem-sucedido”, quer aqueles que estão hoje a governar, quer “aqueles que têm a perspectiva de vir a estar no futuro”.

Desta forma, continuou, é necessário “ter um programa de médio prazo com objetivos que possam ser



partilhados por todos e que não sejam tão genéricos que percam significado”.

“Isso pode ser decisivo para conseguirmos captar o investimento externo que precisamos para dar a oportunidade ao país de aliviar o fardo de anos anteriores em que dívidas foram contraídas sem que se tivesse gerado um retorno económico e social adequado”, declarou.

Na intervenção que fez na conferência da FLAD, perante

políticos lusodescendentes, o líder do PSD falou ainda brevemente da questão da Base das Lajes, nos Açores, admitindo que “as coisas não correram manifestamente bem” e que “não foi um marco muito eloquente” do relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos da América.

“O melhor que temos a fazer não é fazer de conta que não aconteceu nada, é aprendermos como é que aconteceu para melhorar daqui para a frente o relacionamento entre dois países, defendeu.



Resolução do Banif foi uma decisão do atual Governo

Pedro Passos Coelho recusou quaisquer responsabilidades pelos encargos que o Banif representa no valor do défice de 4,4% confirmado pelo Eurostat, sublinhando que a resolução do banco não foi uma decisão do seu Governo. Questionado se se sentirá responsável caso a operação do Banif for considerada nas contas públicas, fazendo o valor do défice subir de 3 para 4,4%, Passos Coelho recusou qualquer responsabilidade: "Não de todo, não foi uma matéria que tivesse acontecido enquanto eu estive no Governo", disse. "Não respeita a nenhuma decisão que nós tivéssemos tomado no Governo. Fica por esclarecer - ainda está em esclarecimento na comissão de inquérito - o que é que aconteceu desde que esse Governo terminou, o que é que aconteceu que obrigou o Banco de Portugal à decisão de resolver o banco e de o resolver nessas circunstâncias", referiu Pedro Passos Coelho.

Salientando que a decisão para o problema do Banif não decorreu da ação do Governo de maioria PSD/CDS-PP que liderou, o líder social-democrata lembrou que o seu executivo tentou "melhorar a situação do banco ao longo dos três anos em que se injetaram capitais públicos" na instituição. "Não me parece que seja uma consequência da ação negativa do anterior Governo. A ação [do Governo PSD/CDS-PP] foi, dadas as circunstâncias, até bastante positiva", vincou.

De qualquer forma, acrescentou, o valor que deve ser tido em conta não deve incluir esses "efeitos extraordinários", mas "o que é permanente".

Passos Coelho desvalorizou ainda o facto de, mesmo excluindo os encargos do Banif, o valor do défice de 2015 ter ficado acima da previsão de 2,7% do Governo que liderou. "O que era importante era que o défice não ficasse acima dos 3%", frisou, recordando que logo no verão "ficou claro que os 2,7% não seriam alcançáveis".

O gabinete oficial de estatísticas da União Europeia confirmou que Portugal terminou 2015 com um défice de 4,4% do PIB, e uma dívida pública de 129%, contabilizando os custos da medida de resolução aplicada ao Banif. No quadro das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, é lançado um procedimento por défice excessivo quando o défice público é superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), tendo este sido precisamente o valor atingido por Portugal em 2015 sem contabilizar o impacto de 1,4% decorrente da medida de resolução aplicada ao Banif. O Governo tem reiterado que a operação do Banif não deve ser considerada nas contas públicas, permitindo que o défice orçamental se mantenha na meta dos 3% do PIB. A Comissão Europeia tem indicado que tomará uma decisão em maio, após ter em sua posse não só os dados validados do Eurostat, como também as previsões económicas da primavera (que a Comissão divulgará no início de maio) - para analisar a trajetória expectável do défice - e após analisar o Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade, que o Governo deverá apresentar até ao final deste mês.

Pedro Passos Coelho na Ovibeja

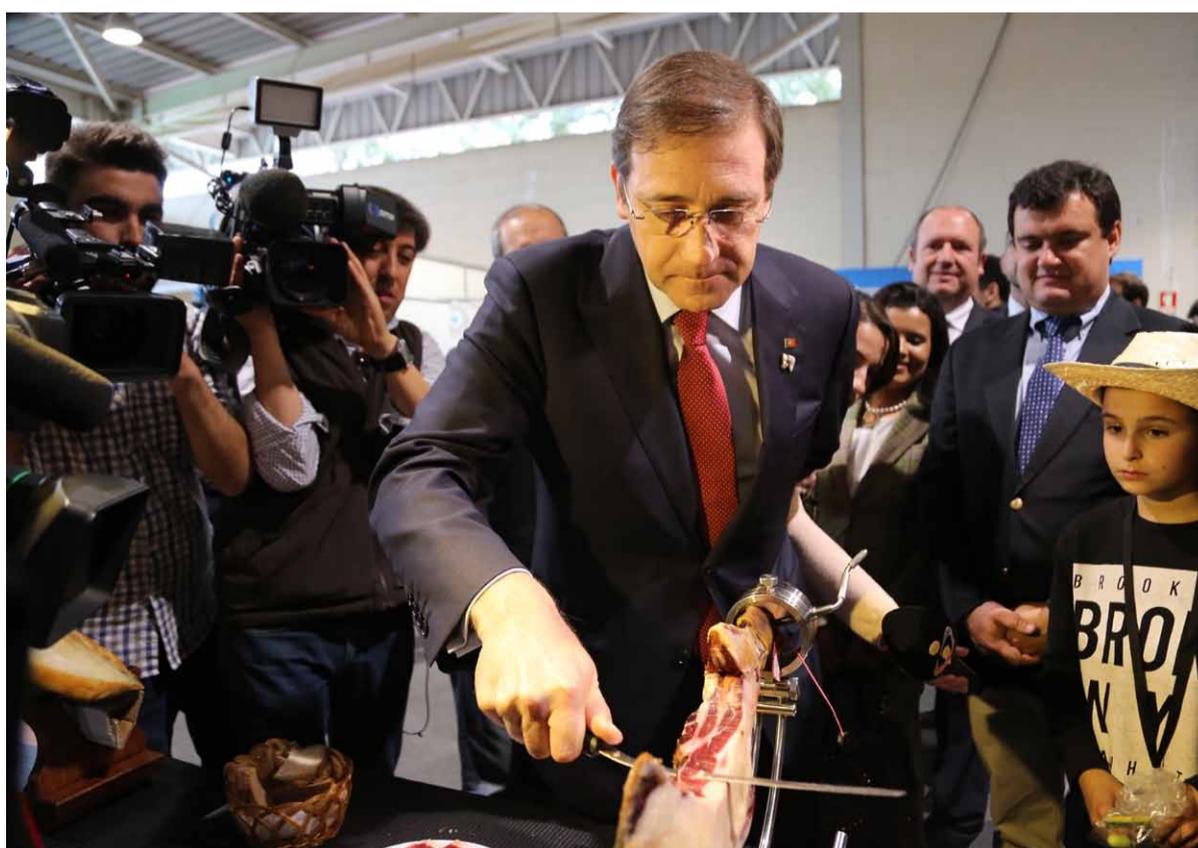
Programa de Estabilidade é “uma mistificação”



O Programa de Estabilidade é “uma mistificação” e o Programa Nacional de Reformas “não traduz uma estratégia de futuro”. Pedro Passos Coelho entende que “o Programa de Estabilidade não tem qualquer adesão à realidade, nessa medida é uma mistificação e é uma ilusão para os portugueses, porque promete objetivos cujos instrumentos de realização, cujas medidas que dão noção da concretização desses objetivos estão ausentes do programa”.

Durante uma visita à feira de agropecuária Ovibeja, dia 22, o presidente social-democrata lembrou que, “apesar de ter muitas medidas” com as quais o PSD concorda e subscreve, “não traduz uma estratégia de futuro para o país, com princípio, meio e fim”.

Questionado sobre como o PSD votará os programas caso venham a ser votados no parlamento, conforme recomenda ao Governo um projeto de resolução apresentado pelo CDS-PP, Pedro Passos Coelho disse: “Do nosso lado, não daremos, com certeza, o apoio nem a um Programa de Estabilidade irrealista, nem a Programa Nacional de Reformas, que, apesar de ter muitas medidas com as quais concordamos, não traduz uma estratégia de futuro para o país”. “Portando, se o Governo entender submeter à votação do parlamento estes documentos, nós não daremos o nosso apoio, porque não concordamos com eles” e “se outro partido qualquer tencionar





provocar essa votação - nós não iremos provocar - mas se por iniciativa de algum outro partido, seja o CDS-PP, essa questão for colocada ao parlamento, seremos consistentes com esta nossa avaliação”.

De acordo Pedro Passos Coelho, “quando os principais problemas que o país tem não são tratados” nos programas e “os objetivos que estão definidos não têm medidas, nem instrumentos adequados para poderem ser realizados, o Governo está, de alguma maneira, a aumentar os riscos de incumprimento e, portanto, a empurrar com a barriga, esperando que por milagre as coisas possam acontecer a bem”. “Mas, nestas coisas, normalmente não há milagres e não nos aprece que o Programa de Estabilidade tenha qualquer realismo, nem qualquer credibilidade e, nessa medida, é um exercício de mistificação, que cria ilusão nas pessoas e não terá nenhuma possibilidade de concretização”, afirmou.

Nos dois programas, “as coisas não jogam umas com as outras”, porque, “à partida, os objetivos” parecem “bons”, já que “reduzir o défice, ter as contas públicas em ordem, ter uma dívida mais controlada, parece-nos bom”, mas “todas as opções que estão lá inscritas não são consistentes com esses objetivos”, defendeu.

“Se Programa de Estabilidade parte de uma avaliação absolutamente irrealista, se não tem adesão à realidade, então isso significa que o Governo está a aceitar todos os riscos económicos e financeiros desde que eles só possam ocorrer o mais tarde possível e isso significa que esta história não vai acabar bem”, disse.

Pedro Passos Coelho garantiu que o PSD vai esperar “sempre pela avaliação” que a Comissão Europeia vai fazer em maio ao Programa de Estabilidade, mas não precisa de tal “para saber que o programa é uma mistificação”.





Encerramento das Conferências da Liberdade em Santarém

Plano Nacional de Reformas oferece um “vazio”

O presidente do PSD critica o Governo pela ausência de estratégia a médio prazo no Plano Nacional de Reformas apresentado para o período até 2020, afirmando que o “vazio” oferecido ao país “não é tolerável”. “No Programa Nacional de Reformas vemos muitas medidas, muitas das quais merecem a nossa concordância, mas não vemos uma estratégia para os próximos anos. Não é certamente ser mais próspero, ter melhores escolas, melhores estradas, melhores vias férreas, melhores equipamentos. Ter bons equipamentos não é uma estratégia”, afirmou Pedro Passos Coelho, no encerramento das primeiras Conferências da Liberdade, organizadas pela concelhia social-democrata de Santarém, dia 23.

Para o líder do PSD, esperava-se que as perspetivas de médio prazo apresentadas pelo Governo liderado pelo socialista António Costa “traduzissem uma estratégia clara”, que “aponte as causas dos problemas e dos estrangulamentos” e que “traduza uma vontade de fazer desenvolver o país nos próximos anos num determinado sentido”.

Pedro Passos Coelho reafirmou o seu ponto de vista, de que a economia só poderá crescer se o país for capaz de atrair investimento externo, admitindo que possa haver quem pense que é possível pagar dívida e gerar emprego com uma economia “mais estatizada, mais pública”. “Podemos discutir, mas é preciso saber qual é a proposta e a estratégia que se nos oferece”, disse, considerando que o “vazio que foi oferecido quer com o Programa Nacional de Reformas quer com o Programa de Estabilidade não é tolerável”.

Para Passos Coelho, este é “um caminho perigoso”, que corresponde a “uma cegueira que já foi seguida no passado, mas que hoje não tem desculpa para ser





repetida". "Aquilo que nos é proposto é que façamos de conta que não temos o legado que temos, que os dados observados no último trimestre de 2015 não existiram, que os dados que estão projetados nas previsões que refletem não é apenas otimismo, é um excesso de otimismo, impossível de ser cumprido ao longo do tempo que nos resta este ano", afirmou.

Passos Coelho classificou de "fantasia" a promessa de redução da despesa com a existência de menos funcionários públicos ao mesmo tempo que se anuncia a contratação de mais médicos, mais enfermeiros, mais funcionários judiciais.

"Nada desta fantasia tem aderência à realidade", declarou.

Passos Coelho "espantado" com sinais de intolerância democrática

O presidente do PSD manifestou estar "espantado" com um editorial de "um jornal de referência" que esta semana mandou calar um ex-primeiro-ministro, considerando que este "não é um bom sintoma de democracia". "Achei estranho", disse, lembrando que discordou "profundamente" do seu antecessor, sendo por isso "absolutamente isento" na observação que fez. "O que terá acontecido na sociedade portuguesa para que um jornal de referência faça um editorial a mandar calar um político, quando muito tolerando que ele se possa defender da justiça na comunicação social? Deveria ser ao contrário, ele deveria defender-se da justiça na justiça e recorrer à comunicação social e ao público em geral para confrontar as suas ideias", pois "não ficou diminuído de as ter", disse.

Para Passos Coelho, "não é um bom sintoma de democracia que haja na opinião editorial de um jornal de referência a convicção de que o melhor que ele podia fazer era calar-se".

O líder social-democrata deu ainda um segundo exemplo de intolerância, considerando que a "desqualificação" de que a oposição é alvo "todos os dias, todas as semanas", no parlamento "não é um sinal de amadurecimento da democracia". "Por que é que, da parte de alguns, o insulto se sobrepõe à racionalidade?



Mudou o Governo, mudou o parlamento, quem esteve no Governo está agora na oposição, mas continua a ser objeto de intolerância. Já não basta à maioria determinar a opção de Governo, é preciso também desqualificar a oposição", lamentou.

"Não é sinal de crispação que não estejamos de acordo, crispação é quando o preconceito toma conta da lógica e as pessoas, em vez de confrontarem diferentes projetos ou opiniões, se insultam e fazem de conta que se toleram. Isso não é um sinal de aprofundamento da nossa democracia e de respeito pela liberdade", declarou.

A concelhia de Santarém do PSD realizou, ao longo de todo o dia de 23 de abril, um conjunto de conferências que abordaram temas como "Um retrato de Portugal", por António Costa Pinto; "Liberdade e Política", com Álvaro Beleza, Alexandra Ferreira, Conceição Pequito e Manuel Meirinho; "Liberdade Económica e Social", com Alberto da Ponte, João Proença e João Machado; "Liberdade Financeira", com Luís Campos e Cunha, Jorge Marrão e Pedro Reis. O almoço teve como convidado o antigo Presidente da República Ramalho Eanes, para um "balanço de 40 anos de democracia".

José Matos Rosa esteve em Sever do Vouga e Macedo de Cavaleiros

O secretário-geral do Partido Social Democrata (PSD) esteve na sessão de tomada de posse dos órgãos concelhios do PSD de Sever do Vouga, dia 24 de abril de 2016. No sábado, José Matos Rosa participou também na tomada de posse dos órgãos da Seção do PSD de Macedo de Cavaleiros. Duas iniciativas a que se associaram dirigentes locais do partido, militantes e simpatizantes.



BPI

PSD questiona forma de fazer leis “à medida”

O PSD, pela voz do deputado António Leitão Amaro, questionou a forma como o Governo fez legislação “à medida”, para resolver o caso concreto do BPI e admitiu ter dúvidas quanto à eficácia da solução encontrada depois da falta de acordo entre os principais acionistas. “Suscita-nos as maiores dúvidas esta atuação do Governo de aprovar aquilo que parece ser uma lei desenhada para resolver um caso concreto”, afirmou o deputado do PSD António Leitão Amaro, dia 20, em declarações aos jornalistas no parlamento, referindo-se ao diploma que prevê a revisão das restrições dos direitos de voto nas instituições financeiras.

Por outro lado, acrescentou, olhando para o conteúdo do diploma ficam dúvidas sobre se “a solução encontrada para o caso concreto” é “adequada ou é sequer suficiente para resolver o caso concreto que justificou que o Governo a tivesse aprovado”. “São sobretudo estas duas dúvidas que o PSD coloca”, salientou o deputado do PSD, insistindo ser “duvidoso este método de legislar”, na medida em que uma lei “é suposto ser geral e abstrata” e não desenhada para resolver um caso concreto.

“Creio que é evidente que este diploma é um diploma que surge num contexto e aparentemente à medida da resolução de um caso concreto”, frisou Leitão Amaro.

Mas, continuou, apesar de o Governo ter procurado “legislar à medida”, os sociais-democratas têm dúvidas quanto à sua eficácia, pois as normas previstas podem não ser suficientes.

António Leitão Amaro recusou ainda a ideia transmitida pelo Governo de que o novo diploma irá ajudar a captar investimento estrangeiro, lembrando que quaisquer das empresas cotadas em bolsa “estão abertas e têm recebido investimento estrangeiro”.

O deputado do PSD não rejeitou, contudo, a possibilidade de analisar “num plano de normalidade, a matéria da existência e duração no tempo de cláusulas de limitação de direitos de voto”.

O primeiro-ministro recusou que o decreto-lei aprovado no Conselho de Ministros de 14 de abril e promulgado a 18 de abril pelo Presidente da República tenha sido feito apenas para a situação do BPI, recordando que “há cerca de oito instituições financeiras em Portugal que têm estatutos com restrição dos direitos de voto”. No dia 17, o BPI informou que ficou sem efeito o entendimento entre os seus dois principais acionistas (CaixaBank e Santoro Finance), que tinha sido anunciado ao mercado no dia 10 de abril para reduzir a exposição do banco a Angola, exigida pelo Banco Central Europeu (BCE). Na segunda-feira, 18 de abril, o espanhol CaixaBank anunciou a intenção de lançar uma Oferta Pública de Aquisição de ações (OPA) voluntária sobre o BPI, oferecendo 1,113 euros por cada ação do banco que não controla (55,9%). Esta operação está condicionada à eliminação da limitação de 20% nos direitos de voto do BPI, a alcançar mais de 50% do capital do banco e à obtenção das autorizações regulatórias. Na terça-feira, 19 de abril, a Santoro negou ter quebrado qualquer acordo com o CaixaBank e acusou o Governo português de “favorecer uma das partes”. Posteriormente, o BPI refutou a versão apresentada pela Santoro, afirmando não reconhecer a versão dos fatos apresentada.



Empresários estão insatisfeitos com o abrandamento económico



O deputado do PSD Virgílio Macedo manifestou à Lusa que os empresários portugueses estão preocupados com o abrandamento da economia e que atribuem a situação à falta de confiança nas políticas do Governo. “Os sinais que os empresários nos transmitem é de que, desde o final de 2015, houve um abrandar da atividade económica, consequência da falta de confiança que existe por parte dos consumidores e investidores no futuro do país, devido à estratégia do Governo”, comentou o líder da distrital do Porto do PSD, Virgílio Macedo, dia 18.

Falando no final de uma visita que fez a duas empresas de Felgueiras, uma têxtil e outra de componentes para calçado, acompanhado por outros deputados do distrito, o parlamentar deixou o alerta para que, “nestes tempos que se avizinham, não se destrua todos os sacrifícios que foram feitos pelos empresários e toda a reconversão feita na economia”. “Não podemos voltar ao despesismo, à despesa pública e ao facilitismo”, assinalou.

Virgílio Macedo acrescentou temer que “estes primeiros meses de governação PS, BE e PCP vá reverter essa estratégia que existia para o país”. “Seria trágico para o nosso país se voltássemos a reverter a aposta na iniciativa privada e a apostar no investimento público e no Estado como motor da atividade económica”, acrescentou.

Elogiando os industriais da região, Virgílio Macedo anotou que a visita de hoje foi para “dar nota do reconhecimento, por todo o país, relativamente aos empresários que foram fundamentais na recuperação económica”.

“É a prova de que Portugal faz bem, é capaz e que os empresários portugueses são dos melhores que existem e conseguiram pôr o país a andar para a frente”, declarou, concluindo que esta “é a prova de que foi certa a aposta feita pelo anterior Governo no investimento privado, na iniciativa privada”.

Os deputados foram acompanhados por autarcas locais, incluindo o presidente do município, o social-democrata Inácio Ribeiro, que reafirmou a necessidade de o país reconhecer o contributo de Felgueiras e dos seus empresários para o crescimento da economia nacional.

Para Inácio Ribeiro, o reconhecimento do Estado poderá e deverá ser feito, por exemplo, através da construção das variantes que estão prometidas há décadas, ligando Felgueiras à Lixa e a sede do concelho à zona industrial de Cabeça de Porca e, eventualmente, à vizinha cidade de Fafe.

De acordo com o autarca, as duas novas estradas seriam um elemento acrescido para potenciar, ainda mais, o desenvolvimento do tecido empresarial do concelho e o contributo que dá, há vários anos, para o desenvolvimento do país.

Descontos nos combustíveis criam problemas de discriminação

O PSD considera que os descontos para as empresas transportadoras de mercadorias em três zonas de fronteira com Espanha, propostos pelo Governo, levantam problemas de concorrência entre as diferentes gasolinhas e de discriminação entre grandes e pequenas empresas. “A solução proposta é um remendo que nos levanta muitos problemas, quanto à concorrência e discriminação dentro do próprio país, não só porque se vai aplicar a três zonas do interior na fronteira e porque não sabemos se será aplicado a todos os operadores ou só a alguns”, declarou a agência Lusa Luís Leite Ramos, um dos vice-presidentes da bancada parlamentar do PSD.

O deputado social-democrata criticou também o facto de o desconto apenas se aplicar a transportes internacionais de mercadorias, em veículos com uma dimensão superior a 35 toneladas: “Significa que ficam de fora pequenas empresas. Num país que tem uma percentagem de pequenas e médias empresas grande, esta é uma medida injusta para elas”, alertou.

Luís Leite Ramos comentava assim a intenção do Governo, anunciada na segunda-feira pelo ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, de criar descontos para as transportadoras de mercadorias para o gasóleo profissional em postos de gasolina em três zonas de fronteira com Espanha (os concelhos ainda estão por definir), nos quais será eliminado o diferencial fiscal relativamente ao país vizinho.

“Nada disto está regulamentado ou esclarecido”, sublinhou, acrescentando que o PSD está a ponderar pedir mais esclarecimentos ao Governo.



Para o vice-presidente da bancada do PSD, o Governo está a “tentar remediar um problema que ele próprio criou, que se está a agravar nos últimos tempos e que afeta a competitividade das empresas, num tempo em que era necessário mais investimento e emprego”.

Por outro lado, o deputado social-democrata considerou que o Governo está a “criar uma expectativa para os agentes económicos” sobre a possibilidade da criação de gasóleo profissional para serviços de transportadoras, ao remeter o assunto para a Comissão Europeia.

Segundo o “Jornal de Negócios”, o executivo compromete-se a consultar formalmente a Comissão Europeia para averiguar a possibilidade de instituir um regime de gasóleo profissional a nível nacional, ainda que apenas para um universo restrito ou, em alternativa, um regime a nível regional e mais abrangente.

PSD/Algarve indignado com exclusão na redução do preço dos combustíveis

O PSD/Algarve manifestou, dia 19, a sua “indignação” por a região não ser abrangida pela redução do preço do gasóleo para as transportadoras e por o Governo não ter ainda reduzido as portagens na Via do Infante (Autoestrada 22). “Não podemos deixar [...] de mostrar a nossa indignação perante o facto de o Governo, uma vez mais, se esquecer do Algarve na aplicação de medidas de discriminação”, nomeadamente no “projeto de criação de postos de abastecimento exclusivamente para transporte internacional de mercadorias”, acusou a estrutura regional do Partido Social Democrata (PSD), num comunicado enviado às redações.

O PSD/Algarve insurgiu-se ainda contra o Governo por “não ter efetuado qualquer referência à redução do valor das portagens na Autoestrada 22 (Via do Infante), contrariamente ao veiculado para as demais ex-SCUT”.

Para o PSD/Algarve, os valores praticados nas portagens da A22 “inviabilizam a sua utilização regular pelos cidadãos e pelas empresas, atirando estes para a utilização sistemática da EN125”, estrada nacional que atravessa o Algarve com um traçado paralelo à Via do Infante.

PSD pede audição potestativa do ministro Educação



O PSD anunciou que vai solicitar o agendamento potestativo da audição parlamentar do ministro da Educação e do ex-secretário de Estado da Juventude e Desporto, depois da esquerda parlamentar ter chumbado um requerimento do CDS-PP nesse sentido. “O grupo parlamentar do PSD entende que o tempo de falta de transparência democrática e de ocultação política nesta casa tem de terminar”, afirmou o deputado social-democrata Cristovão Simão Ribeiro, em declarações aos jornalistas no parlamento.

Recordando que dia 19, o PS, o BE e o PCP chumbaram um requerimento apresentado pelo CDS-PP para a audição na comissão parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, do ministro da Educação e do ex-secretário de Estado da Juventude, o deputado do PSD adiantou que o PSD irá “apresentar um requerimento para o agendamento potestativo” da audição de Tiago Brandão Rodrigues e João Wengorovius Meneses.

“No nosso entender é tempo de dizer basta a esta conduta por parte da esquerda que quer tornar o parlamento numa espécie de parlamento ‘offline’”, sublinhou, considerando que é necessário “esclarecer de uma forma cabal” a demissão do ex-secretário de Estado da Juventude e Desporto e as declarações que proferiu quando disse que “não se revia na forma de estar no exercício de cargos público do senhor ministro da Educação”.

Cristovão Simão Ribeiro lamentou ainda o facto de, nas últimas semanas, a esquerda parlamentar ter “consecutivamente” chumbado propostas do PSD para a audição de várias entidades, nomeadamente o ex-ministro da Cultura João Soares. “Foi assim quando a esquerda chumbou uma auditoria externa

independente ao Banif, foi assim e tem sido assim a prática do senhor primeiro-ministro ao não responder reiteradamente às perguntas que lhe são colocadas pelo grupo parlamentar do PSD”, acrescentou.

O Presidente da República empossou, dia 14, o novo ministro da Cultura, Luís Castro Mendes, e os novos secretários de Estado da Cultura, Miguel Honrado, e da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo, na sequência da demissão de João Soares e de João Wengorovius Meneses, além da até então secretária de Estado da Cultura, Isabel Botelho Leal. Dois dias antes, já depois da demissão de João Soares em virtude do episódio das “salutares bofetadas” dirigidas a dois colonistas do jornal diário Público, João Wengorovius Meneses, num comentário na rede social Facebook, disse ter saído do Governo “em profundo desacordo” com o ministro da Educação em relação às políticas seguidas e “ao modo de estar” no exercício de cargos públicos.

De acordo com o regimento da Assembleia da República, “cada grupo parlamentar pode, em cada sessão legislativa, requerer potestativamente a presença de membros do Governo” ou de “quaisquer cidadãos” nas comissões parlamentares.

Ainda segundo o regimento, os direitos potestativos “não podem ser utilizados mais de duas vezes consecutivas para o mesmo membro do Governo”.

Encerramento da conferência “Viseu Económico”

Acompanhamento de proximidade aos empresários



O antigo secretário de Estado da Economia fez votos para que o Portugal 2020 seja “um instrumento que ajude a consolidar estas políticas” e considerou que a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) “não pode persistir em canalizar todo o investimento para o litoral”. “A AICEP está demasiado centralizada e não está a olhar para o território. E tem que olhar, porque é isso que pode marcar a diferença e fazer com que as pessoas regressem”, sublinhou Almeida Henriques.

O autarca contou que já nem convida a AICEP para a captação de investimento, justificando: “Sou mais eficaz quando estou sozinho”.

Aludindo ao contrato assinado recentemente com a IBM para a instalação em Viseu de um centro de competências que cria 120 postos de trabalho, Almeida Henriques mostrou-se convencido de que o desfecho teria sido outro se a AICEP tivesse sido envolvida. “Se eu tivesse dito à AICEP que estaria a negociar provavelmente não tinha vindo para Viseu, porque o mais natural era que alguém soubesse que isto estava a ser negociado e quando desse conta iria parar ao eixo tradicional de investimento”, acrescentou.

Em Viseu, onde existe um Gabinete do Investidor, tem sido aplicada uma política fiscal amiga de quem investe e emprega e tem havido um acompanhamento de proximidade aos empresários, explicou o presidente da autarquia, Almeida Henriques.

Desde que tomou posse, no âmbito do programa Viseu Invest foram assinados 20 contratos de investimento.

Cartazes provocam falta de visibilidade aos condutores

O presidente da Câmara de Viseu exortou ainda os partidos a retirarem os cartazes que estão indevidamente colocados nas estradas e nos passeios da cidade, conforme uma notificação que já lhes foi enviada.

Na reunião de Câmara de 20 de abril, Almeida Henriques disse ter recebido queixas de munícipes relativamente a locais onde os partidos colocam os seus cartazes.

Por exemplo, houve queixas relativas a dois acidentes na Avenida da Europa “que ocorreram por falta de visibilidade”, uma vez que “há lá dois cartazes, um ao lado do outro”, que impedem os condutores de verem quem se aproxima na rotunda pela esquerda, contou.

Segundo o autarca, houve também queixas relacionadas com “painéis que estão colocados na via pública e dificultam a locomoção”. “Temos mesmo situações de pessoas que caíram ao esbarrarem com eles”, lamentou, dando como exemplo um painel “colocado no meio do passeio” junto ao edifício da Segurança Social e lembrando que há invisuais e pessoas com dificuldades de locomoção.

Almeida Henriques disse já ter mandado uma notificação a todos os partidos, a explicar que “não está em causa a liberdade de expressão”, mas sim o cuidado que devem ter com o tipo de estruturas usadas para que a cidade se mantenha bonita e a obrigação de cumprirem o regulamento.

O regulamento estipula que “não podem ser coloca-

dos painéis nos jardins, nem nos triângulos que possam afetar a visibilidade, nem nos passeios que possam prejudicar a circulação de pessoas”, sublinhou.

O autarca disse que foi dado um prazo aos partidos para resolverem as situações identificadas e relativamente às quais lhes foram mandadas fotografias, mas que não tem muitas expectativas.

“Ao que eu estou a verificar não vão resolver. Portanto, a fase seguinte será a própria autarquia mandar recolher alguns painéis que não estejam a cumprir o regulamento”, avisou.

Durante a reunião, Almeida Henriques informou que o Pavilhão do Fontelo deverá na próxima semana retomar o seu funcionamento normal, depois de concluída a substituição da sua cobertura. “Depois da inauguração verificou-se que havia um erro do projeto e que havia condensações. Tivemos de fazer uma avaliação com uma empresa especializada, que nos sugeriu substituir o telhado todo”, recordou.

O autarca referiu também um investimento de meio milhão de euros no recinto da Feira de S. Mateus, que servirá para requalificar o espaço à frente do pavilhão multiusos (com a colocação de um pavimento em cubos de granito) e para a construção de duas casas de banho que ficarão para o ano inteiro.

Na reunião foi também aprovada a adesão de Viseu a um consórcio de desenvolvimento de turismo termal, atendendo à existência no concelho do Lugar do Banho (termas de Alcafache).

Sessão solene do 25 de abril

Maioria de esquerda é “maioria de intolerância”

A deputada do PSD Paula Teixeira da Cruz acusa a maioria parlamentar de esquerda de intolerância de “discurso pueril”, e o PS de uma governação demagógica. Paula Teixeira da Cruz falava na sessão solene do 42.º aniversário do 25 de Abril, no parlamento. “Combatamos os demagogos, os moralistas, os radicalismos de qualquer espécie, os detentores da verdade, os deslumbrados com o poder, os extremismos”, alertou a ex-ministra da Justiça, antes dos “vivas” ao 25 de Abril e a Portugal, na Assembleia da República.

A deputada social-democrata começou por criticar a “banalização dos conceitos de liberdade e de democracia, pois “quantas vezes não se invocam em nome de ideais e práticas intolerantes, totalitárias, subversivas e iníquas”. “Há falta de transparência na vida pública. A concertação social foi substituída por um acordo a três [partidos] na penumbra. Há falta de transparência no processo político e de escrutínio nesta Assembleia [da República]”, afirmou.

Paula Teixeira da Cruz considerou “chocante” o “regresso de um tipo de discurso pueril e histriónico, com uma lógica ‘infantilizante’ e simplista de que é exemplo a ideia de que as políticas de absoluta necessidade e salvação adotadas para resgatar Portugal da situação de pré-falência a que chegou em 2011 visariam o empobrecimento do país, enquanto as políticas do atual Governo permitiriam, num golpe de mágica, resolver em duas penadas todos os problemas”.

“Se continuarmos a assistir ao discurso da intolerância, à desonestidade intelectual nos argumentos e justificações e até às atitudes persecutórias dos últimos tempos, incluindo a criação de conflitos artificiais, por razões em grande parte de ‘révanche’ pessoal, com assalto à administração pública ou reguladores independentes”, foi enumerando a parlamentar do PSD.

Para concluir sobre o risco de “uma crise de confiança nas instituições, mas também uma crise de confiança dos portugueses uns nos outros” caso daquelas práticas em que alguns “continuam a olhar com suspeição os partidos e opiniões que não alinham com o poder, como se todos os que se sentam [no hemiciclo] à esquerda do PS fossem meramente tolerados”.

“Temos de chamar a atenção para a governação demagógica, baseada em propostas sem sustentabilidade, que levam os países à ruína, como já aconteceu. A verdade reconhecida em diversos ‘fora’ é que o XIX Governo tirou Portugal da bancarota, fez a dolorosa travessia do deserto e permitiu as restituições de rendimentos a que foi possível agora proceder, embora a ritmo incompatível com os fundamentais da economia e das nossas finanças”, frisou.

Luís Montenegro destaca a existência de dois projetos políticos alternativos em Portugal

O líder parlamentar do PSD sublinhou, por seu turno, a definição de dois projetos políticos alternativos em Portugal. Num comentário ao discurso do Presidente da República na sessão parlamentar comemorativa do 25 de Abril, Luís Montenegro descreveu que há uma proposta “protagonizada e executada pelo PS, com apoio parlamentar de BE, PCP e PEV”, e outra “pela alternativa política do PSD e que irá centrar-se nos próximos tempos no exercício de uma oposição saudável”: “Nós não podemos receber lições de disponibilidade para o consenso de nenhuma força política. O PSD liderou o Governo quatro anos e meio, convidou o principal partido da oposição,



PS, para consensos várias vezes nas mais variadas matérias (segurança social, lei eleitoral), coisa que o PS tem sucessivamente negado, primeiro na oposição, hoje mesmo exercendo a liderança do Governo”.

Marcelo Rebelo de Sousa aconselhou cada um dos modelos a demonstrar humildade e competência, mas defendeu que tem de haver unidade no essencial, apontando a saúde como uma área de fácil convergência, “um primeiro passo” para “consensos setoriais de regime” noutros domínios como o sistema político, o sistema financeiro, a justiça ou a segurança social.

“Lançou também o desafio para que estes dois projetos alternativos possam convergir em matérias essenciais. Falar na estabilização do sistema financeiro, do sistema de justiça, da segurança social, não é nada que não tenhamos feito e esteja nas nossas prioridades políticas”, continuou Montenegro.

Segundo o presidente do grupo parlamentar do PSD, “a perspetiva é criar mais riqueza, que gere mais emprego, mais justiça social, mais capacidade de as pessoas poderem cumprir os seus objetivos de vida”.



Saúde

Governo criou um défice de 20 milhões de euros em dois meses



No debate sobre “Coesão e igualdade social”, dia 21, o deputado social-democrata Miguel Santos começou por reconhecer que o ministro da Saúde domina completamente o léxico do setor. Miguel Santos lembra, porém, que agora o ministro já não se encontra no papel de orador em conferências, mas no papel de decisor e de executor.

Como tal, referiu o deputado, o responsável pela pasta, devia ter maior cuidado com a linguagem. “Ainda agora, na intervenção que fez, acabou de referir que os últimos anos tiveram um efeito muito negativo. Mas os documentos oficiais subscritos por si dizem exatamente o contrário. Em todos os relatórios apresentados já pelo seu Governo manifestam uma realidade contrária à que referiu. E tanto mais é assim que nos ‘powerpoints’ apresentados, o principal objetivo apresentado por si é «cumprir o desafio da manutenção do nível de acesso aos cuidados de saúde». Isto não bate nada certo com a linguagem do senhor ministro”.

No que respeita ao Programa Nacional de Reformas, o deputado do PSD recordou as declarações de António Barreto, que considera que estamos perante “um Programa que consagra a vacuidade”, e afirmou que “as contas estão mal feitas”. “As contas estão todas erradas, faltam-lhe 120 milhões logo à cabeça e por isso não é de estranhar que só em dois meses o senhor já tenha um défice de 20 milhões”.

O PSD apresentou, dia 21, dois projetos de resolução para promover a coesão e a igualdade sociais e os cuidados com a saúde, “em contraste” com “conjunto de intenções” do Programa Nacional de Reformas. “Não passa de um conjunto de intenções, boas com certeza, mas não consubstanciadas em medidas concretas. O PSD apresenta estes dois diplomas - um sobre coesão e igualdade social e outro sobre saúde”, afirmou o deputado social-democrata Miguel Santos, nos passos perdidos do parlamento.

As duas iniciativas deram entrada na véspera do último de seis agendamentos parlamentares por parte do executivo socialista relacionados com o Programa Nacional de Reformas - debate de urgência sobre “coesão e igualdade social” -, na quinta-feira, com a presença dos ministros da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social.

“Um conjunto de 21 medidas no caso da coesão e dirigidas a públicos-alvo como os jovens desempregados, os desempregados de longa duração, as mulheres e as minorias para combater o desemprego, a pobreza e criar uma nova geração de políticas ativas de emprego”, enunciou Miguel Santos.

Sobre o segundo diploma, Miguel Santos adiantou que “diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) ou mesmo ao setor da saúde, com três pilares fundamentais: sustentabilidade do SNS, garantia da qualidade e equidade de acesso aos cuidados e promoção da saúde e mais prevenção de doença - são 59 medidas concretas que contrastam com aquilo que o Governo apresentou”.

Os documentos recomendam ao Governo liderado por António Costa como a criação de “mecanismos de ajustamento anual dos valores das pensões”, reforço do “controlo dos mecanismos contratuais na atribuição e fiscalização do Rendimento Social de Inserção, manutenção da “majoração de 10% do subsídio de desemprego para os casais desempregados com filhos a cargo” ou incentivos ao “emprego a tempo parcial” e o “trabalho de voluntariado”.

O outro texto defende a generalização do financiamento das unidades de saúde pelos seus resultados e por objetivos, o lançamento do “concurso para o Hospital Lisboa Oriental”, reconhecendo-o como “prioridade”, assegurar que a ADSE é autónoma e sustentável, “mantendo os contribuintes portugueses sem financiar este subsistema”, criação do “Processo Único do Utente”, generalização da “figura do ‘enfermeiro de família’” ou a reversão da “suspensão da Linha Saúde 24 Sénior”, entre outras propostas.

Nove recomendações na área da justiça

O PSD apresenta, dia 20, nove recomendações na área da justiça, nomeadamente o reforço dos instrumentos para combater a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, defendendo “uma maior audácia” nos objetivos e medidas constantes do Programa Nacional de Reformas.

O projeto de resolução entregue pelos sociais-democratas no dia em que o Governo levou ao plenário da Assembleia da República um debate sobre “Justiça ao serviço da competitividade”, que contou com a presença da ministra da Justiça, apresenta nove medidas na área da Justiça que o PSD recomenda que sejam incluídas no Programa Nacional de Reformas.

Uma das medidas diz respeito ao combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada, preconizando o reforço dos instrumentos adequados e necessários ao seu combate à corrupção, concretizando nomeadamente as recomendações GRECO (Grupo de Estudos contra a Corrupção criado em 1999 pelo Conselho da Europa). “Um Plano Nacional de Reformas não deve, a nosso ver, ignorar a necessidade de reforço das medidas de combate à corrupção, entre outras medidas, como a aprovação dos Estatutos dos Magistrados ou a adequação do Código de Procedimento e de Processo Tributário ao Código de Processo Civil”, sublinham os sociais-democratas no projeto de resolução.

A monitorização das reformas efetuadas na área da Justiça, sem esquecer a agenda da criação, e promoção de eventuais correções e a promoção da aproximação do Código de Procedimento e de Processo Tributário ao Código de Processo Civil, e da adequação da Lei Geral Tributária ao Código do Procedimento Administrativo são outras medidas propostas pelo PSD.

Os sociais-democratas defendem ainda a reorganização das estruturas no âmbito da administração da justiça e da organização judiciária, nomeadamente a reorganização dos Tribunais superiores, bem como a reorganização da jurisdição administrativa e do mapa notarial Código das Sociedades Comerciais.

Além disso, o PSD propõe a revisão do Código das Sociedades Comerciais, “resistematizando-o”, revendo os regimes da cisão, fusão e liquidação, repensando os processos de tomada de decisão, simplificando o regime sempre que em causa estejam pequenas e médias empresas, revendo o regime de responsabilidade dos sócios e dos órgãos sociais e o regime de responsabilidade dos auditores e dos revisores e técnicos oficiais de contas, intervenientes nas atividades das sociedades.

O reforço das garantias dos particulares nos processos de expropriação e consagração de indemnização pela denominada “expropriação por sacrifício”, a adequação do Código de Processo do Trabalho ao Código de Processo Civil, a revisão do regime das cláusulas contratuais gerais e a revisão e expansão do Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção e Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção - Justiça Juvenil são igualmente medidas defendidas pelos sociais-democratas.

“Impõe-se que Portugal mantenha esta trajetória positiva, o que implica uma maior audácia nos objetivos e medidas constantes do Plano Nacional de Reformas”, lê-se no diploma do PSD.



Duarte Freitas defende uma “rutura” com o “regime socialista”

O líder do PSD/Açores lamenta que, na região, contrariamente ao que se passou Madeira, onde se assistiu a uma “nova dinâmica” com o atual presidente do governo regional, não teve lugar uma mudança do regime de 20 anos. “Na Madeira houve uma mudança de protagonistas, de políticas e de prioridades, porque houve uma luta interna dentro de um partido (PSD) em que um ganhou e o outro perdeu. E quem ganhou criou toda uma nova dinâmica. Nos Açores, nós não assistimos a essa mudança”, afirmou Duarte Freitas.

O líder social-democrata regional, que falava no encerramento das jornadas parlamentares do PSD das duas regiões autónomas, dia 23, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, acrescentou que nos Açores se continua “com o mesmo regime de 20 anos”, iniciado por Carlos César e atualmente assegurado por Vasco Cordeiro.

O presidente dos sociais-democratas açorianos defende que tem de haver nos Açores uma “rutura”, que acabe com o regime de governação socialista de 20 anos e permita uma “nova esperança” aos açorianos. “O que se passou não foi uma luta interna em que houve uma mudança de protagonistas, uma verdadeira renovação, uma mudança de prioridades, de ação política, mantendo-se o regime socialista inalterado há 20 anos.



Pode mudar mais uma cara ou outra, mas o sistema continua igual. Nos Açores tem que haver uma rutura que acabe com o atual regime de 20 anos [do PS] e permita uma nova esperança aos açorianos”, insistiu Duarte Freitas, alertando que o que o vai estar em causa nos Açores, nas próximas eleições legislativas regionais de outubro, é o que aconteceu na Madeira há um ano atrás, quando Miguel Albuquerque venceu as eleições, ou seja, a “renovação”.

Duarte Freitas quer “dar resposta aos açorianos” nos problemas com que são confrontados na agricultura, pescas, saúde, educação e desemprego, mudando o que está mal na governação de 20 anos do PS, mas mantendo o que se fez de bom.

Jornadas Parlamentares Açores Madeira visam renovação da Autonomia

O líder do grupo parlamentar do PSD/Açores, na assembleia regional, na apresentação das conclusões das jornadas parlamentares insulares, declarou que os deputados regionais entendem que o atual modelo autónómico se encontra “esgotado”, necessitando de ser “adaptado às novas realidades e desafios”.

António Soares Marinho defendeu que os deputados sociais-democratas insulares querem criar uma plataforma da autonomia dos Açores e Madeira para, em sede de revisão constitucional, alterar o sistema político-administrativo.



O dirigente preconizou a criação de uma agenda comum que estabeleça prioridades económicas e sociais e “enquadre” o papel de ambas as regiões insulares à escala regional, nacional e europeia.

Este responsável preconizou o reforço do estatuto de ultraperiferia de que beneficiam ambos os arquipélagos na União Europeia, para “atenuar as assimetrias e dificuldades existentes” entre as regiões insulares e continentais.

Alterar o modelo de desenvolvimento para um novo ciclo assente no crescimento económico e desenvolvimento social e aprofundar as relações comerciais entre ambas as regiões, foram outras das conclusões partilhadas por António Soares Marinho.

O presidente do Grupo parlamentar do PSD/Açores entende que, “a renovação da Autonomia é determinante, depois de quatro décadas, adaptando-nos aos novos tempos e aos novos desafios. Daí o lema escolhido para juntar os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Porque o PSD é o partido das Autonomias”, afirmou.

António Marinho falava em Ponta Delgada, na abertura das jornadas parlamentares Açores Madeira, onde frisou que, “sempre estivemos com a Autonomia. Não somos daqueles que a encontraram ao sabor das conveniências”, referiu, acrescentando que “o PSD é o partido de referência nesse domínio. Não somos os cristãos-novos da Autonomia, que agora tentam agarrar-se a símbolos que antes rejeitaram e combateram”, sublinhou.

Segundo o líder parlamentar do PSD/Açores, “Renovação é a palavra que melhor define a vida dos nossos dois partidos. Na Madeira, a renovação foi protagonizada por Miguel Albuquerque, que é hoje Presidente do Governo Regional. Nos Açores, o protagonista da renovação é Duarte Freitas. Estamos certos que receberá dos açorianos, em outubro próximo, a oportunidade de assumir as funções de Presidente do Governo Regional”.

António Marinho lembrou que, “nos Açores e na Madeira, a revisão do Estatuto Político-Administrativo é um projeto em curso em que o PSD está fortemente empenhado. Trabalhando-se igualmente, de forma intensiva, na reforma do Sistema Político”.

“Desde o início de 2013 que o PSD/Açores colocou esse tema na agenda e fez tocar as campanhas que acordaram outros da letargia em que se encontravam. Já despertos, ainda que estremunhados, fingiram nunca

ter estado a dormir. E continuam a fingir que, em sonhos, estavam já a matutar no assunto”, alertou.

Sobre o trabalho em curso, António Marinho destacou, sendo duas regiões com características diferentes, “os Açores e a Madeira devem encontrar as soluções que melhor servem o seu desenvolvimento. Temos de saber onde chegou cada uma das nossas regiões e tentar compreender porque houve sucessos e insucessos nos modelos adotados”.

“Por outro lado, pretendemos encontrar pontos de interesse comum a partir dos quais se possam intensificar relações, com benefícios para ambas. Do ponto de vista social, ou económico, ou cultural, ou qualquer outro das nossas vidas coletivas”.

Sobre o PSD/Açores, Marinho considera que “é hoje um partido renovado, que não vacila perante a defesa dos valores autónómicos, batendo o pé ao centralismo na defesa inalienável dos interesses dos Açores”.

“É um partido renovado, que nos últimos anos tem servido os açorianos na oposição e que hoje se apresenta como alternativa de governo responsável, credível e consistente”, afirmou.



Miguel Albuquerque quer o PSD/Madeira a pensar “fora da caixa”



Miguel Albuquerque anunciou que o Gabinete vai continuar a promover conferências, sendo que a próxima, no dia 13 de julho, irá contar com a presença de Luís Marques Mendes.

Parlamento regional “é uma marca deste novo ciclo político iniciado”

O secretário madeirense dos Assuntos Parlamentares e Europeus e o líder parlamentar do PSD/Madeira afirmaram que a democracia e a autonomia neste arquipélago “estão diferentes” e que as instituições estão a “funcionar melhor”. “Acho que hoje podemos dizer que a nossa democracia está melhor, a nossa autonomia está melhor”, declarou Sérgio Marques, numa conferência de imprensa no Funchal, no âmbito de uma reunião do Governo da Madeira e do grupo parlamentar social-democrata, para “assinalar simbolicamente” o primeiro ano de governação do executivo liderado por Miguel Albuquerque.

O secretário regional salientou que o novo relacionamento que este executivo implementou com o parlamento regional “é uma marca deste novo ciclo político iniciado há um ano”, com a tomada de posse.

O responsável considerou que “as instituições autonómicas estão a funcionar melhor” e que na Assembleia Legislativa da Madeira existe “um melhor debate, mais vivo, mais plural”.

O presidente do PSD/Madeira afirmou querer o PSD regional a “pensar um pouco fora da caixa” e sem seguir apenas “a ortodoxia tradicional”. Miguel Albuquerque fez esta observação depois de receber dez trabalhos realizados pelo Gabinete de Estudos e Relações Externas do PSD. “O que é importante é dizer que o nosso partido tem todas as condições para que pense um pouco fora da caixa, saia, um pouco, daquele pensamento ortodoxo tradicional porque os partidos não são apenas máquinas para exercer ou ganhar o poder, têm de ter, na sua prática política diária, um pensamento crítico e prospetivo”, explicou.

Os estudos, que vão ser sujeitos à análise do Conselho do Governo Regional e cujas propostas ainda não foram divulgadas, incidem sobre o ambiente, a economia, o social, os assuntos fiscais, as relações externas e à política.

O presidente do Gabinete de Estudos, Sérgio Marques, referiu, por seu lado, que a “ideia é ter um partido mais criativo e municiar os agentes, quer no governo, quer no parlamento” com mais informação.

O Gabinete de Estudos e Relações Externas (GERE) do PSD entregou ao presidente da Comissão Política Regional 10 documentos de reflexão que resultam do primeiro ano de trabalhos, numa reunião que decorreu na sede regional, à Rua dos Netos.

Segundo o responsável pelo Gabinete, Sérgio Marques, os documentos agora entregues abordam várias áreas, sendo “relevantes”, uma vez que levantam “questões e interrogações”, relativamente às quais “o partido deve considerar” e “refletir”. “A ideia é que tenhamos um partido que possa ser mais criativo e do qual possam surgir ideias que possam municiar os nossos agentes, seja no Parlamento, seja no próprio Governo”, disse, salientando que o PSD deve ser “um espaço aberto à sociedade e aos eleitores”.

Por seu lado, Miguel Albuquerque sublinhou que o partido “cumpru hoje mais um compromisso” ao receber



os estudos do GERE, documentos que serão apresentados à Comissão Política e que poderão trazer “contributos para a discussão pública dentro do partido”. “O nosso partido tem todas as condições, e nós fazemos um grande esforço, para que pense um pouco fora da caixa e saia daquele discurso ortodoxo tradicional de que os partidos são apenas máquinas para exercício de poder ou para ganhar as eleições”, afirmou, acrescentando que é necessário que tenham também na sua prática política diária e no seu funcionamento um pensamento crítico e um pensamento prospetivo relativamente àquilo que pretendem para o futuro”.

Sérgio Marques mencionou que foi aplicada a “função de escrutínio e fiscalização” do governo por parte do parlamento regional. “Vamos continuar a lutar por mais autonomia. Mas, ao longo deste ano, todos trabalhámos afincadamente para termos uma melhor democracia e autonomia”, sublinhou.

Fazendo o balanço ao primeiro ano governativo e parlamentar, o líder da bancada regional do PSD salientou que está cumprido apenas “25% do mandato” (que termina em outubro de 2019) e que “ainda falta muito trabalho e há metas a atingir para a população”. “Hoje,

naquilo que diz respeito ao ano parlamentar, posso afirmar claramente que o parlamento regional está diferente e para melhor”, declarou Jaime Filipe Ramos, considerando que o “Governo Regional tem respeitado muito mais o parlamento”.

O deputado realçou também que foram dados passos significativos para promover a reforma do sistema político regional.

A revisão do regimento do parlamento regional, destacou, criou “uma maior pluralidade por parte dos partidos, em termos de debate, discussão, de presença e maior equilíbrio que a assembleia merecia”.

O parlamentar indicou que, até ao final desta legislatura, será apresentada uma proposta de revisão do Estatuto Político-Administrativo da região e apelou ao apoio dos restantes partidos para viabilizar uma alteração da Constituição.

Na opinião do deputado madeirense, “poderão estar reunidas condições políticas para que nesta legislatura seja possível rever e ampliar os poderes da autonomia em sede de estatuto e da Constituição”.

Jaime Ramos opinou que “este ano é politicamente ideal nesta matéria, uma vez que se comemora os 40 anos da Constituição e da própria autonomia regional”.

Segundo o social-democrata, o PSD/Madeira “não vai ficar entrincheirado” e “está disponível para um debate, uma ação coletiva desde que o objetivo seja claramente o aprofundamento da autonomia regional”.



Criação de um grupo de trabalho para o setor do leite



O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, António Ventura, defende a constituição de um grupo de trabalho que vise um “acompanhamento detalhado” da situação da situação do setor leiteiro. “Perante a continuada crise num setor que o PSD considera de relevo para Portugal, a Assembleia da República deve realizar um acompanhamento mais detalhado da situação”, afirmou António Ventura.

O deputado social-democrata açoriano, que é um dos subscritores da proposta do grupo parlamentar do PSD para a criação do referido grupo de trabalho, salientou

que os Açores “serão alvo de uma consideração especial” no acompanhamento do setor do leite, devido à importância da Região na produção de leite do país.

António Ventura sublinhou que o setor do leite se encontra “numa profunda crise, que se manifesta pela continuada descida do rendimento dos produtores e cujas consequências económicas e sociais têm sido dramáticas em Portugal”, sublinha. “A fileira do leite desempenha um papel fundamental na criação de emprego, na fixação de pessoas, no desenvolvimento de indústrias agroalimentares, na caracterização da ruralidade, na

diversificação das economias rurais, na preservação ambiental e no ordenamento do território. Aliás, o setor do leite e as cooperativas de laticínios surgem como um dos principais fatores de dinamização económica e territorial”, disse.

O deputado do PSD/Açores explicou que a proposta de criação deste grupo de trabalho, a funcionar no âmbito da comissão parlamentar de Agricultura e Mar, tem como objetivos “fazer uma avaliação concreta da situação atual, avaliar as medidas e ações existentes e propor medidas adicionais” para o setor do leite”, concluiu.



Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • DIRETOR: VÍTOR CRESPO

PROGRAMA DO GOVERNO É HOJE APRESENTADO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



O plenário dos ministros do XI Governo Constitucional

COMPLETADO O ELENCO DO XI GOVERNO CONSTITUCIONAL

SECRETARIOS DE ESTADO

Cultura — Teresa Correia.

Adjunto do Ministro da Defesa Nacional — Eugénio dos Santos Ramos.

Adjunto do Ministro da Justiça — José Borges Soares.

Organismo — Rui Carp.

Tesouro — Manuel Carvalho Fernandes.

Assuntos Fiscais — José de Oliveira Costa.

Administração Local e do Ordenamento do Território — José Nunes Liberdade.

Planeamento e Desenvolvimento Regional — Isabel Mira.

Ambiente e dos Recursos Naturais — José Márcio Correia.

Ciência e Tecnologia — Eduardo Azeiteiro e Oliveira.

Adjunto do Ministro da Administração Interna — José de Oliveira Leão.

Negócios Internacionais e da Cooperação — Duarte Bastos.

Comunidades Portuguesas — Correia de Jesus.

Adjunto do Ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação — Artur de Castro.

Alimentação — Luís Manuel Cardoso.

Agricultura — Álvaro Amaro.

Pesca — Jorge Castilho.

Indústria — António Fernandes de Sousa.

Energia — Nuno Ribeiro da Silva.

Adjunto do Ministro da Educação — Alarcão Troia.

Escola Superior — Alberto Ralha.

Reforma Educativa — António Ribeiro.

Vias de Comunicação — Fátima e Cunha.

Construção e Habitação — Elias da Costa.

Transportes Internos — Carlos Costa.

Transportes Externos e das Comunicações — Eduardo Correia de Matos.

Adjunto do Ministro da Saúde — Joséphine Paula e Almeida.

Administração da Saúde — Fernando Costa Peixinho.

Emprego e Formação Profissional — Náglio Félix.

Segurança Social — Luís Filipe Pereira.

Comércio Interno — Jorge Mendes Antas.

Turismo — Luciano Cunha.

Comércio Externo — Miguel Horta e Costa.

Adjunto do Ministro Adjunto e da Juventude — António Soares.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ABRANTES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 07 de Maio de 2016, (sábado) pelas 21h00, na sede sita na Rua de S. Pedro, 22 - 1º A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Discussão e aprovação dos princípios orientadores dos objectivos autárquicos de 2017 e da escolha de candidatas

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir, no próximo dia 06 de Maio de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política nacional e local
- 2 - Aprovação do relatório de contas 2015
- 3 - Outras informações

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Maria da Feira, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 07 de Maio de 2016, (sábado) pelas 15h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Argoncilhe, sita no Largo Professor Joaquim da Silva Tavares, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Ponto da situação do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal no actual mandato

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Trofa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Maio de 2016, (quinta-feira) pelas 21h15, no auditório do Polo II da Junta de Freguesia de Bougado (S. Martinho e Santiago), antigo auditório da Junta de Freguesia de Santiago de Bougado, sito na Rua 16 de Maio, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apreciação e votação do relatório e contas de 2015
- 2 - Apreciação e votação do plano de actividades de 2016
- 3 - Análise da situação Política

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu, para reunir, no próximo dia 28 de Maio de 2016, (sábado) pelas 15h00 no Solar dos Peixotos (Edifício da Assembleia Municipal de Viseu), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção de Viseu.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Pre-

sidente da Mesa, ou quem estatutariamente o possa substituir, na sede da Secção sita no Rossio nº 14 -2, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, a sede estará aberta para o efeito, naquele dia, das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

**ESPOSENDE**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis,

convoca-se o plenário Concelhio da JSD Esposende para reunir no dia 6 de

Maio de 2016, pelas 21.30, na sede do PSD Esposende com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação de plano de actividades;
- 3 - Outros assuntos.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Mafra, para o Plenário a realizar no próximo dia 28 de maio de 2016, pelas 18:00 horas, na Sede da Juventude Social Democrata de Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 61, 2.º, 2640-492 Mafra, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia de Mafra da Juventude Social Democrata.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues na Sede da Juventude Social Democrata de Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 61, 2.º, 2640-492 Mafra, à Presidente do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente a

possa substituir, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00.

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Soussel, para reunir no dia 30 de Maio de 2016, na sede concelhia, sita na Rua Direita nº 5, às 17h00 com a seguinte ordem de trabalhos.

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia JSD Soussel

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o substitua, até às 23h59 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas no dia 30 de Maio estarão abertas entre as 18h00 e as 22h00.

CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Portalegre, para reunir no próximo dia 14 de Maio de 2016, sábado, pelas 16 horas, na Av. Dr. João Pestana, 13, 7440-013, Alter do Chão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da situação política e partidária;
- 3- Nomeação de substitutos de titulares de órgãos distritais;
- 4- Outros.

MIRANDA DO CORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Miranda do Corvo, para o Plenário a realizar no próximo dia 28 de maio de 2016, pelas 17:30 horas, na Sede da Juventude Social Democrata de Miranda do Corvo, sita na Rua Belizario Pimenta 3220 - Miranda do Corvo com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário de Miranda do Corvo da Juventude Social Democrata.

As urnas estarão abertas entre as 17h30 e as 19h30.

**QUARTA-FEIRA
27 DE ABRIL**

**NÃO PERCA!
TEMPO DE ANTENA:
MAIS ECONOMIA,
MAIS EMPREGO**

ACIMA DE TUDO
PORTUGAL



**A partir das 19H45 (RTP1)
A partir das 13h50 (Antena 1)**

XXIV CONGRESSO NACIONAL DA JSD - BATALHA

29,30 ABRIL E 1 DE MAIO 2016

Delegado de Concelhia	182304546	Adolfo César C. Seixas Lopes Pereira	Viseu	Viseu
Presidente CPD	197279	Adolfo Jácome Manso	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Delegado de Concelhia	219472	Adriano Almeida Ramos	Braga	Vila Verde
Delegado de Concelhia	216459	Afonso dos Santos Vargas Soveral	Santarém	Rio Maior
Delegado de Concelhia	218459	Afonso Raimundo Curado Carrêlo	Lisboa AM	Oeiras
Delegado de Concelhia	162816	Agostinho Manuel Pinho de Oliveira	Aveiro	Murtosa
Delegado de Concelhia	215383	Alberto Miguel Neto Ferreira	Porto	Lousada
Delegado de Concelhia	181453	Alcina Isabel Rodrigues Carneiro	Porto	Baião
Delegado de Concelhia	171401089	Alex Nathanaël Morais Frey D. Ramos	Vila Real	Vila Real
Delegado de Concelhia	225758	Alexandra Paula Martins Ricardo	Açores	Lagoa (São Miguel)
Delegado de Concelhia	213215	Alexandre Alberto Andrade Duarte	Açores	Vila Franca do Campo
Delegado de Concelhia	207488	Alexandre Damasceno da Silva Poço	Lisboa AM	Oeiras
Delegado de Concelhia	206875	Alexandre Duarte Silva	Leiria	Pombal
Delegado de Concelhia	213000	Alexandre Orfão Neto	Leiria	Leiria
Delegado de Concelhia	216065	Alexandre Ribeiro Maia	Porto	Trofa
Delegado de Concelhia	222212	Alexandre Vieira de Araújo	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	195489	Alfredo José Capela Gonçalves	Vila Real	Boticas
Delegado de Concelhia	205037	Álvaro Eugénio Chaves da Silva	Madeira	São Vicente
Delegado de Concelhia	214601	Américo Ricardo Ribeiro Moreira	Porto	Marco de Canaveses
Delegado de Concelhia	224382	Ana Beatriz Barata Rosa Bagarrão	Setúbal	Moita
Delegado de Concelhia	189904	Ana Carolina de Oliveira e Silva Patrício	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	192703	Ana Catarina Martins da Silva	Porto	Felgueiras
Delegado de Concelhia	214968	Ana Cláudia da Costa Brites	Braga	Celorico de Basto
Delegado de Concelhia	202471	Ana Cristina da Silva Cortez	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	163666	Ana Cristina Mesquita Ferreira Neves	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	168350	Ana Cristina Moura Vasconcelos	Lisboa AM	Cascais
Delegado de Concelhia	219222	Ana Daniela Rodrigues Araújo	Viana do Castelo	Caminha
Delegado de Concelhia	219469	Ana Filipa Gomes Nogueira	Braga	Vila Verde
Delegado de Concelhia	195444	Ana Filipa Nascimento Antunes	Lisboa AM	Loures
Delegado de Concelhia	226482	Ana Filipa Santos Marques	Leiria	Ansião
Delegado de Concelhia	217034	Ana Filipa Tavares Lopes de Pinho	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Delegado de Concelhia	187109	Ana Isabel de Freitas Lourenço	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	215939	Ana Isabel Pereira Vieira	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	215240	Ana Isabel Santos Raposo	Castelo Branco	Covilhã
Delegado de Concelhia	199789	Ana Luísa Castro Azevedo Campos	Porto	Trofa
Delegado de Concelhia	216254	Ana Mafalda de Oliveira Gomes	Aveiro	Espinho
Sec. Geral CPN	166472	Ana Margarida Balseiro de Sousa Lopes	Leiria	Marinha Grande
Delegado de Concelhia	208055	Ana Margarida Carvalho de Sousa Canavarro	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	205207	Ana Margarida do Coito Gervásio	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	215166	Ana Margarida Sarmiento Manso da Silva Macieira	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	197688	Ana Maria Paulos Pintor	Santarém	Cartaxo
Delegado de Concelhia	136161	Ana Raquel da Silva Vidal	Braga	Guimarães
Delegado de Concelhia	217991	Ana Rita Abreu Fernandes	Braga	Guimarães
Delegado de Concelhia	214564	Ana Rita Afonso Rocha	Aveiro	Espinho
Delegado de Concelhia	168669	Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista	Porto	Amarante
Delegado de Concelhia	225083	Ana Rita da Rocha Regatão	Porto	Matosinhos
Delegado de Concelhia	130414955	Ana Rita da Rocha Gonçalves de Sousa	Porto	Gondomar
Delegado de Concelhia	208753	Ana Rita Lopes Almeida Loureiro	Viseu	Viseu
Delegado de Concelhia	217639	Ana Rita Pereira Ferreira	Porto	Penafiel

Delegado de Concelhia	208541	Ana Sofia Camacho Spínola	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	177281	André Albuquerque Tomás	Guarda	Fornos de Algodres
Delegado de Concelhia	211847	André António Carlos Soares	Açores	Madalena do Pico
Delegado de Concelhia	223565	André Carlos Ribeiro Quintas	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	198452	André David Pinto Assunção	Guarda	Meda
Delegado de Concelhia	219100	André Faria Ferreira	Braga	Guimarães
Delegado de Concelhia	220581	André Filipe Cardeal dos Santos	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado de Concelhia	213895	André Filipe dos Santos Saraiva	Lisboa AM	Mafra
Delegado de Concelhia	174133	André Gomes de Queirós	Braga	Esposende
Delegado de Concelhia	209973	André Ribeiro de Carvalho	Braga	Vila Verde
Delegado de Concelhia	217832	André Ricardo Martins Viana Barbosa	Porto	Valongo
Delegado de Concelhia	227697	André Rodrigues Vicente	Coimbra	Arganil
Delegado de Concelhia	223347	André Tiago Martins Furtado	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	196828	Andreia Filipa Neves Bernardo	Lisboa AM	Sintra
Presidente CPD	192448	Ângela Manuel Marques Caeiro	Évora	Évora
Delegado de Concelhia	207151	Ângelo Miguel Moura Pereira	Bragança	Mogadouro
Delegado de Concelhia	222159	Ânia Maria Magalhães Teixeira	Braga	Fafe
Delegado de Concelhia	168390	António Amadeu Pereira da Silva	Viseu	Resende
Delegado de Concelhia	224490	António Correia da Cruz	Coimbra	Oliveira do Hospital
Delegado de Concelhia	185676	António de Castro Horta Lopes	Açores	Angra do Heroísmo
Delegado de Concelhia	176664	António Duarte Teixeira Afonso Rodrigues	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado de Concelhia	191670	António Gonçalo de São José Carvalho	Coimbra	Cantanhede
Delegado de Concelhia	221661	António José Cordeiro Bonito	Porto	Gondomar
Delegado de Concelhia	218442	António José de Vasconcelos Cerqueira	Porto	Amarante
Delegado de Concelhia	177662	António Manuel da Cruz Azevedo Abreu	Braga	Esposende
Delegado de Concelhia	195580	António Manuel Sepúlveda Coelho	Braga	Amares
Delegado de Concelhia	195619	António Messias da Silva Leonardo Teodósio Cabeço	Leiria	Marinha Grande
Delegado de Concelhia	192500465	António Paulo Lopes Garcia	Açores	Ribeira Grande
Delegado de Concelhia	189408	António Pedro Póvoa da Silva Giro	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado de Concelhia	192300313	António Ricardo Madruga Jordão de Sousa	Açores	Ponta Delgada
Delegado de Concelhia	228008	Ariana Carolina Sá Ferreira	Madeira	Câmara de Lobos
Delegado de Concelhia	217646	Ariana Sofia da Rocha Oliveira	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	207579	Armindo Barbosa de Carvalho	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Delegado de Concelhia	211888	Aureliano de Deus Teixeira de Miranda	Açores	Ribeira Grande
Delegado de Concelhia	222039	Bárbara Miriam do Amaral Correia	Faro	Loulé
Delegado de Concelhia	218467	Bernardo Barros Martins da Silva	Lisboa AM	Sintra
Delegado de Concelhia	190860	Bernardo Coelho de Lacerda Machado	Aveiro	Espinho
Delegado de Concelhia	217622	Bernardo Matias Barbosa	Lisboa AM	Loures
Delegado de Concelhia	156948	Bernardo Matos Rosa de Almeida Costa	Portalegre	Portalegre
Delegado de Concelhia	203231	Branca Sofia Ferreira Malheiro	Braga	Vila Verde
Delegado de Concelhia	210335	Bruno Eugénio Pinheiro Nadais	Porto	Matosinhos
Delegado de Concelhia	171541	Bruno Filipe Câmara Espínola	Açores	Santa Cruz da Graciosa
Delegado de Concelhia	215074	Bruno Miguel da Silva Matos	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	182073	Bruno Miguel Nunes Ferrão	Coimbra	Montemor-o-Velho
Delegado de Concelhia	228563	Bruno Miguel Pires Ramos	Braga	Celorico de Basto
Delegado de Concelhia	207189	Bruno Pais de Meneses	Coimbra	Figueira da Foz
Delegado de Concelhia	213201	Bruno Ribeiro Rodrigues	Açores	Ponta Delgada
Delegado de Concelhia	208216	Cândida Isabel Fernandes Gonçalves Moutinho Moreno		Bragança Bragança
Delegado de Concelhia	227242	Carla Patrícia Ferraz Fernandes	Madeira	Câmara de Lobos
Delegado de Concelhia	207386	Carlos Alberto Afonso Fernandes	Bragança	Bragança
Delegado de Concelhia	187233	Carlos Alberto Freitas Miranda	Porto	Amarante
Presidente CP Região Autónoma	227418		Carlos André Camacho Alves	Madeira Funchal
Delegado de Concelhia	219970	Carlos Diogo Gonçalves Dinis	Setúbal	Seixal
Delegado de Concelhia	166594	Carlos Eduardo Soares de Seixas	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado de Concelhia	217019	Carlos Filipe de Almeida Travassos	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	228637	Carlos Franclim Moreira da Silva	Porto	Paredes

Delegado de Concelhia	225057	Carlos Freitas de Abreu	Madeira	Machico
Delegado de Concelhia	165766	Carlos Guilherme da Costa Martins	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	221712	Carlos Guilherme de Melo Gouveia	Vila Real	Chaves
Delegado de Concelhia	30908850	Carlos Manuel da Costa Gaspar	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado de Concelhia	213811	Carlos Miguel Boeiro Cunha	Lisboa AO	Arruda dos Vinhos
Delegado de Concelhia	189907	Carlos Tadeu Barreirinhas Paula	Coimbra	Penacova
Delegado de Concelhia	204863	Carolina Isabel Ribeiro Silva	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	214534	Catarina André Mendes Mendanha Moreira	Lisboa AM	Sintra
Delegado de Concelhia	217117	Catarina Ferreira de Sousa	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado de Concelhia	215344	Catarina Isabel da Silva Ferreira	Santarém	Tomar
Delegado de Concelhia	204142	Catarina Isabel Rocha Machado	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	217902	Catarina Maria Godinho Barreira Castanheira Lopes	Lisboa AM	Loures
Delegado de Concelhia	217651	Catarina Maria Mendes de Sousa	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	223837	Catarina Martins de Sousa	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	228423	Catarina Raquel Freitas Abreu	Madeira	Santana
Delegado de Concelhia	223806	Cátia Alexandra Tavares Coutinho	Aveiro	Sever do Vouga
Delegado de Concelhia	167187	Cátia de Jesus Faria Torres	Açores	Ribeira Grande
Delegado de Concelhia	225513	Cátia Filipa Santos Marques	Leiria	Ansião
Delegado de Concelhia	208785	Cátia Helena Teixeira Trindade	Vila Real	Peso da Régua
Delegado de Concelhia	228378	César Reinaldo Correia Fernandes	Madeira	Santa Cruz
Delegado de Concelhia	222000	Cláudia Isabel da Silva António	Castelo Branco	Sertã
Delegado de Concelhia	207595	Cláudia Sobreiro Monteiro	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado de Concelhia	220934	Cláudia Vanessa Garcia Sousa	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	221757	Cláudio Filipe Cardoso de Campos	Vila Real	Valpaços
Delegado de Concelhia	201257	Cristiana Mendes Gonçalves	Lisboa AM	Sintra
Delegado de Concelhia	207796	Cristiano António Coelho Pinheiro	Braga	Vieira do Minho
Delegado de Concelhia	180711	Cristiano Augusto dos Santos Magalhães	Porto	Marco de Canaveses
Delegado de Concelhia	225135	Cristiano Luis Gaspar	Castelo Branco	Fundão
Presidente CPN	132526	Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro	Porto	Lousada
Delegado de Concelhia	224215	Daniel da Costa Silva	Aveiro	Anadia
Delegado de Concelhia	221580	Daniel Lima da Silva	Açores	Santa Cruz da Graciosa
Presidente CP Região Autónoma		154314	Daniel Martins Pavão	Açores Ponta Delgada
Delegado de Concelhia	177796	Daniela Moreira Espírito Santo Duarte	Lisboa AM	Odivelas
Delegado de Concelhia	229189	Daniela Sofia Silva Menúria	Lisboa AM	Azambuja
Delegado de Concelhia	197200	Daniela Sousa Tomás	Leiria	Batalha
Presidente CPD	191714	David Alexandre Carvalho Costa Vieira	Lisboa AO	Lourinhã
Delegado de Concelhia	211019	David Banito de Matos	Santarém	Torres Novas
Delegado de Concelhia	195384	David Cochat Pereira de Castro	Lisboa AM	Odivelas
Delegado de Concelhia	172167	David Emanuel Amaro da Rocha	Aveiro	São João da Madeira
Delegado de Concelhia	216657	David Filipe de Oliveira Carvalho	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	223137	David Henriques Micaelo de Sequeira Cristovão	Setúbal	Almada
Delegado de Concelhia	214391	David João Nobre Rito	Lisboa AO	Torres Vedras
Delegado de Concelhia	205978	David Manuel Vieira Antunes	Santarém	Torres Novas
Delegado de Concelhia	196625	David Tiago Caetano Saraiva	Guarda	Trancoso
Delegado de Concelhia	214813	Davide Jorge de Freitas Calheiros	Viana do Castelo	Valença
Delegado de Concelhia	226461	Diana Isabel Ribeiro Pereira	Bragança	Alfândega da Fé
Delegado de Concelhia	214556	Diana Pereira dos Santos	Coimbra	Condeixa-a-Nova
Delegado de Concelhia	195100437	Diana Sofia Medeiros Brasil	Açores	Calheta (Açores)
Delegado de Concelhia	154953	Dina Alexandra de Jesus Aguiar	Lisboa AM	Cascais
Delegado de Concelhia	225280	Dinis de Sousa Oliveira	Santarém	Vila Nova de Ourém
Delegado de Concelhia	177081	Dino Miguel Alves	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	194078	Diogo Amaral de Sousa	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado de Concelhia	204701	Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez	Porto	Valongo
Delegado de Concelhia	218154	Diogo Bernardo de Bessa Gomes da Costa	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	184742	Diogo Carvalho Conde Barreira Rodrigues	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	157510	Diogo da Rocha Geraldês	Lisboa AM	Sintra

Delegado de Concelhia	212618	Diogo de Oliveira Vinhas Godinho	Aveiro	Espinho
Delegado de Concelhia	209143	Diogo Direito Gonçalves Fagundes	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	188582	Diogo Domingos Louro	Setúbal	Moita
Delegado de Concelhia	223354	Diogo Faria de Oliveira Martins	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	216776	Diogo Filipe Dias da Silva	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	157683	Diogo Gonçalves Dâmaso Simões	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	215143	Diogo Henrique Fernandes Couto	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	196641	Diogo Humberto Vaz Correia	Bragança	Mirandela
Delegado de Concelhia	198470	Diogo Manuel Ferreira Godinho	Lisboa AM	Odivelas
Delegado de Concelhia	207090	Diogo Miguel Alcaçarenho Rosa	Santarém	Golegã
Delegado de Concelhia	218781	Diogo Moisés Ferreira Oliveira	Porto	Santo Tirso
Delegado de Concelhia	194146	Diogo Pernil Almeida	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado de Concelhia	184609	Diogo Ricardo Fernandes Valente	Vila Real	Vila Real
Delegado de Concelhia	216991	Duarte Tourais de Matos Ribeiro Canhão	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	221892	Dulce Vanessa Vieira Lopes	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	200641	Edgar Eduardo Pereira Gonçalves	Braga	Cabeceiras de Basto
Delegado de Concelhia	224973	Eduardo Miguel Teixeira Fernandes	Braga	Guimarães
Delegado de Concelhia	213405	Eduardo Nuno Soares Ferreira Machado	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	176869	Élio Marques Pereira	Guarda	Pinhel
Delegado de Concelhia	171478	Elisete Perdigão do Nascimento	Vila Real	Vila Pouca de Aguiar
Delegado de Concelhia	217943	Elizabeth Magalhães Fernandes	Braga	Cabeceiras de Basto
Delegado de Concelhia	219257	Emanuel José Bandeira Lopes	Aveiro	Ovar
Delegado de Concelhia	227985	Emanuel Miranda Felgueiras	Viana do Castelo	Ponte de Lima
Delegado de Concelhia	30908847	Emanuel Vieira Monteiro da Silva	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado de Concelhia	213538	Emídio Gonçalves Melo	Açores	Lajes do Pico
Delegado de Concelhia	192305	Emília da Graça Neto Cerdeira	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado de Concelhia	205711	Estela José Nunes Silva	Santarém	Vila Nova de Ourém
Delegado de Concelhia	220484	Eunice Maria Pinheiro Sousa	Açores	Vila Franca do Campo
Delegado de Concelhia	204543	Fábio Alexandre Marques dos Santos	Setúbal	Seixal
Delegado de Concelhia	216954	Fábio Emanuel Mousinho Pinto	Lisboa AM	Vila Franca de Xira
Delegado de Concelhia	223355	Fábio Manuel Miranda Fernandes	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	203892	Fábio Micael Costa Bernardino	Leiria	Leiria
Delegado de Concelhia	209871	Fábio Miguel Ferreira dos Santos	Santarém	Ferreira do Zêzere
Delegado de Concelhia	213382	Fábio Miguel Gomes Pereira	Guarda	Guarda
Delegado de Concelhia	203515	Fábio Roberto de Amorim Maia	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado de Concelhia	193971	Fábio Souto Vidal	Aveiro	Albergaria-a-Velha
Delegado de Concelhia	176929	Fernando Carlos da Costa Melo	Guarda	Fornos de Algodres
Delegado de Concelhia	152656	Fernando Pedro Mouta Monteiro	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	212306	Filipe Frade Brígida	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	201853	Filipe José Ribeiro Tavares	Setúbal	Almada
Delegado de Concelhia	187385	Filipe Manuel Ferreira dos Santos	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	209181	Filipe Miguel Simões Fernandes Sérgio	Aveiro	Anadia
Delegado de Concelhia	212229	Filipe Neves Melo	Açores	Lajes do Pico
Delegado de Concelhia	179805	Filipe Serrano de Oliveira	Santarém	Benavente
Delegado de Concelhia	214657	Filipe Silva Tavares	Guarda	Pinhel
Delegado de Concelhia	154565	Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes	Faro	Tavira
Delegado de Concelhia	194934	Firmino Vila Verde Costa	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	213358	Flávio Filipe Pires Cipriano	Bragança	Bragança
Delegado de Concelhia	163653	Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano	Coimbra	Montemor-o-Velho
Delegado de Concelhia	216600	Francisco Dias Coimbra Vigário Louzada	Aveiro	Mealhada
Delegado de Concelhia	230660	Francisco Grade Ribeiro Dias Martins	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	204373	Francisco José de Sousa Vieira	Porto	Marco de Canaveses
Delegado de Concelhia	201039	Francisco Maria Viseu Gomes da Silva	Setúbal	Alcochete
Delegado de Concelhia	182207	Francisco Nuno Martins Loureiro Teles	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado de Concelhia	217668	Francisco Ricardo Pinto da Silva	Porto	Penafiel

Delegado de Concelhia	228464	Frederico Guilherme de Vasconcelos Dias Ferreira e Teixeira	Aveiro Aveiro
Delegado de Concelhia	178781	Gisela Mateus Martins	Castelo Branco
Delegado de Concelhia	217800	Gonçalo Alexandre Santos Neves	Leiria
Delegado de Concelhia	218295	Gonçalo Duarte da Silva Armindo	Lisboa AM
Delegado de Concelhia	222442	Gonçalo Joaquim Matos Moreira	Porto
Delegado de Concelhia	184746	Gonçalo Miguel Andrade Morais Cristóvão Simões	Coimbra
Delegado de Concelhia	195390	Gonçalo Miguel Ferreira Bargado	Lisboa AM
Delegado de Concelhia	185332	Gonçalo Miguel Santos de Cruzeiro Camarinhas	Évora
Delegado de Concelhia	210200379	Gonçalo Miguel Veiga da Silva	Lisboa AO
Delegado de Concelhia	220939	Gonçalo Perdigão Soares	Lisboa AM
Delegado de Concelhia	213131	Gonçalo Quina Bruno	Portalegre
Delegado de Concelhia	205713	Gonçalo Santos Pires Bento	Santarém
Delegado de Concelhia	164224	Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte	Viseu
Delegado de Concelhia	194339	Guilherme Nuno Madeira e Silva	Santarém
Delegado de Concelhia	201825	Gustavo José Vitória Coelho Brás	Lisboa AO
Delegado de Concelhia	182817	Gustavo Leite Gama	Porto
Delegado de Concelhia	154418	Helder Manuel Gouveia Gomes	Madeira
Delegado de Concelhia	173044	Helder Manuel Silva Ferreira	Aveiro
Delegado de Concelhia	208019	Helder Moisés Gonçalves Pinheiro Lopes	Braga
Delegado de Concelhia	164307	Helder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira	Porto
Delegado de Concelhia	174528	Henrique Miguel de Abrantes Alves	Lisboa AM
Delegado de Concelhia	213173	Hernâni Carlos Sousa	Açores
Delegado de Concelhia	223055	Hugo Cereceda Ferreira	Lisboa AM
Delegado de Concelhia	183406	Hugo David da Silva Neves	Guarda
Presidente CPD	207704	Hugo Ferrinho Lopes	Castelo Branco
Delegado de Concelhia	219646	Hugo José dos Santos Cardoso	Madeira
Delegado de Concelhia	154307	Hugo José Santos Martins	Leiria
Delegado de Concelhia	198963	Hugo Manuel de Sousa Ferreira	Porto
Delegado de Concelhia	215263	Hugo Miguel Freitas Ribeiro	Porto
Delegado de Concelhia	225805	Hugo Miguel Martins Pereira	Viana do Castelo
Delegado de Concelhia	188938	Hugo Ricardo Pereira da Silva	Porto
Delegado de Concelhia	206741	Inês Alexandra Monteiro Teixeira Leite	Faro
Delegado de Concelhia	171144	Inês Isabel Baptista da Rocha	Setúbal
Delegado de Concelhia	220413	Inês Oliveira Silva	Braga
Delegado de Concelhia	215147	Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges	Braga
Delegado de Concelhia	192429	Isabel Margarida Rocha Nogueira	Aveiro
Delegado de Concelhia	181187	Iva Antónia dos Ramos Cerqueira da Costa	Viana do Castelo
Delegado de Concelhia	170485	Ivan Manuel Primo Roque Duarte	Lisboa AM
Delegado de Concelhia	217804	Ivone Cândida Pascoal	Leiria
Delegado de Concelhia	212582	Ivone Inês de Almeida Sousa Borges	Coimbra
Delegado de Concelhia	180524	Jacinta Monteiro Garcia	Aveiro
Delegado de Concelhia	216168	Jéssica Inês Marchante Carneiro	Santarém
Delegado de Concelhia	224057	Jessica Soraia Leitão Silva	Braga
Presidente CPD	116857	Joana Catarina Barata Reis Lopes	Lisboa AM
Delegado de Concelhia	30809003	Joana Cláudia Mendes Martins	Braga
Delegado de Concelhia	222709	Joana Martins da Rocha	Braga
Delegado de Concelhia	193116	Joana Patrícia Fonseca da Silva	Aveiro
Delegado de Concelhia	227610	Joana Peleias de Carvalho	Lisboa AM
Delegado de Concelhia	190171	Joana Raquel Santos Gonçalves	Madeira
Delegado de Concelhia	215553	João Alexandre Rodrigues Brito	Braga
Delegado de Concelhia	220373	João António Amado Cerveira da Maia	Aveiro
Delegado de Concelhia	189098	João António de Sousa Moreira Pinto	Porto
Delegado de Concelhia	220655	João António Meireles Tenreiro Patrocínio	Guarda
Delegado de Concelhia	186529	João Carlos de Almeida Figueiredo	Faro
Delegado de Concelhia	158039	João Carlos Delgado Nunes	Madeira
Delegado de Concelhia	155165	João Carlos Dias dos Santos	Faro
			Loulé

Delegado de Concelhia	207257	João Carlos Marques Pereira Ferreira	Lisboa AM	Cascais
Delegado de Concelhia	207092	João Estevão Pinho	Santarém	Golegã
Delegado de Concelhia	167975	João Filipe Andrade Machado	Aveiro	Aveiro
Delegado de Concelhia	206877	João Filipe Carqueja Carreira	Leiria	Pombal
Delegado de Concelhia	216914	João Filipe Tavares de Almeida	Aveiro	Albergaria-a-Velha
Presidente CPD	208663	João Gabriel Bernardo Dinis Martins	Vila Real	Vila Real
Delegado de Concelhia	229433	João Gustavo Alves de Oliveira de França Pitão	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	192007	João Luís Dias Santos Ferreira	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	187962	João Luis Figueiredo Ramos	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	189911	João Luis Laranjeira Barros	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	211548	João Manuel Leitão Lobo de Araújo	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	216618	João Miguel Catalão Antunes	Aveiro	Mealhada
Delegado de Concelhia	175281	João Nuno Pinheiro Miranda	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	171429	João Orlando Travassos Freitas Alcaide	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	187066	João Paulo Antunes dos Santos	Leiria	Pombal
Presidente CPD	142137	João Paulo Rodrigues de Oliveira	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	223614	João Pedro Abegão Matias	Leiria	Pombal
Delegado de Concelhia	175625	João Pedro de Matos Coelho	Castelo Branco	Covilhã
Delegado de Concelhia	189316	João Pedro Dias da Costa	Porto	Paredes
Delegado de Concelhia	188680	João Pedro Diniz Flor de Oliveira	Santarém	Cartaxo
Delegado de Concelhia	219989	João Pedro dos Santos Alves da Cruz	Viseu	Viseu
Delegado de Concelhia	213932	João Pedro Fernandes Pereira	Porto	Valongo
Delegado de Concelhia	191335	João Pedro Ferreira de Oliveira	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	182822	João Pedro Guerner Lopes	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado de Concelhia	194883	João Pedro Mestre Rodrigues Barroso	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	207764	João Pedro Queirós Xará	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Delegado de Concelhia	211403	João Pedro Rodrigues Barroso	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado de Concelhia	205252	João Pedro São Miguel dos Santos	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	199687	João Pedro Tiago Valente	Lisboa AM	Sintra
Presidente CPD	212289	João Pedro Vila Viçosa Louro	Setúbal	Alcochete
Delegado de Concelhia	221242	João Resende Pinto Figueiredo	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	167259	João Rodrigo da Rocha Gomes Simões Correia	Braga	Braga
Presidente CPD	211761	João Tiago Abelho dos Santos Calheiros Andrade	Portalegre	Castelo de Vide
Delegado de Concelhia	209069	João Tiago Meruje Matias	Castelo Branco	Covilhã
Delegado de Concelhia	169531	Joaquim Augusto Ferreira Pimenta de Almeida	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	221662	Joel Ferreira Pinto	Porto	Gondomar
Delegado de Concelhia	196445	Joel Patrício de Oliveira Coelho	Aveiro	Oliveira de Azeméis
Delegado de Concelhia	200141	Jorge André Soares Barbosa	Porto	Matosinhos
Delegado de Concelhia	204027	Jorge Augusto Rios Bica de Freitas	Porto	Paredes
Delegado de Concelhia	153843	Jorge da Silva Rebelo	Lisboa AM	Cascais
Delegado de Concelhia	223409	Jorge Daniel Ventura Batista Ribeiro	Leiria	Alvaiázere
Delegado de Concelhia	188493	Jorge David Rodrigues Albuquerque José	Guarda	Celorico da Beira
Delegado de Concelhia	225070	Jorge Manuel Dias Fernandes	Braga	Vila Verde
Delegado de Concelhia	198384	Jorge Miguel Matos Costa Afonso Pais	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	217624	Jorge Miguel Ribeiro Teixeira	Vila Real	Santa Marta de Penaguião
Delegado de Concelhia	162094	José Amável Diegas Borges	Vila Real	Vila Pouca de Aguiar
Delegado de Concelhia	202208	José Augusto Aguiar Pereira	Porto	Marco de Canaveses
Delegado de Concelhia	224307	José Carlos do Lago Gonçalves	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado de Concelhia	182751	José Carlos Leal Ribeiro da Silva	Porto	Lousada
Delegado de Concelhia	208712	José Carlos Martins Baptista	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	210691	José Carlos Melo Pinto	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	204185	José Carlos Ribeiro Campos	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	197378	José David Veiga Vaz	Bragança	Macedo de Cavaleiros
Delegado de Concelhia	208483	José Filipe Seabra Pereira Duarte Moura	Aveiro	Mealhada
Delegado de Concelhia	139901	José João Rodrigues Marques Fernando	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	177208	José Lúcio da Silva Faria	Açores	Angra do Heroísmo

Delegado de Concelhia	217616	José Luis Barros Bonito	Madeira	Ponta do Sol
Delegado de Concelhia	218716	José Maria de Jesus Nogueira Martins	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	208688	José Miguel Antunes Martins Vitorino	Santarém	Abrantes
Delegado de Concelhia	211762	José Miguel Castel Branco Costa Pinto	Portalegre	Castelo de Vide
Delegado de Concelhia	180203	José Miguel da Costa Taborda	Coimbra	Miranda do Corvo
Delegado de Concelhia	216738	José Nuno Marques Moreira	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	180908	José Paulo Quaresma Pereira Miler	Aveiro	Arouca
Delegado de Concelhia	187732	José Pedro Barreto Simões	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	214947	José Pedro Vilar Gomes	Aveiro	Arouca
Delegado de Concelhia	198673	José Ricardo Bento da Silva Damaso	Lisboa AM	Odivelas
Delegado de Concelhia	189016	José Ricardo Elias Pereira Lopes	Santarém	Rio Maior
Delegado de Concelhia	184235	José Tiago Santos Dias	Vila Real	Boticas
Delegado de Concelhia	207061	Juliana Catarina Pinto de Sousa	Porto	Maia
Delegado de Concelhia	203919	Júlio César de Magalhães Pereira	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	225058	Karina Rodrigues Rocha	Madeira	Machico
Delegado de Concelhia	227249	Leandra Maria Abreu Mendes	Madeira	Câmara de Lobos
Delegado de Concelhia	219274	Leandro dos Santos Pereira	Porto	Paços de Ferreira
Delegado de Concelhia	225071	Leandro Peixoto Ferreira	Braga	Vila Verde
Delegado de Concelhia	202145	Leila Maria Fidalgo Ferreira	Coimbra	Figueira da Foz
Delegado de Concelhia	222708	Leonardo Diogo Oliveira Sousa	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	205005	Lídia Mariana Teles de Abreu	Madeira	Ribeira Brava
Delegado de Concelhia	217755	Liliana Catarina Martins Vieira	Aveiro	Castelo de Paiva
Delegado de Concelhia	196101	Liliana Fidalgo Dias	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	224406	Lino Bettencourt de Medeiros	Açores	Nordeste
Presidente CPD	209320	Lorena Dieguez Souza	Faro	Faro
Delegado de Concelhia	174957	Luis Carlos da Costa Baltar	Porto	Paredes
Delegado de Concelhia	156882	Luis Carlos de Bernardes Rebelo	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	214394	Luis Carlos Fonseca Rebelo	Guarda	Vila Nova de Foz Côa
Delegado de Concelhia	207754	Luis Carlos Gramoso da Silva Rodrigues	Bragança	Miranda do Douro
Delegado de Concelhia	30908982	Luís Carlos Santos Antunes	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado de Concelhia	184236	Luis Carlos Santos Dias	Vila Real	Boticas
Delegado de Concelhia	184615	Luís Duarte da Eira Gonçalves	Vila Real	Vila Real
Delegado de Concelhia	210714	Luis Filipe Alcaide Antunes	Coimbra	Mira
Delegado de Concelhia	206074	Luis Filipe Cruz Gomes	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado de Concelhia	218346	Luís Filipe Laranjo Matias	Évora	Vendas Novas
Delegado de Concelhia	211148	Luis Maria Nunes dos Santos	Évora	Évora
Delegado de Concelhia	204324	Luis Miguel Bettencourt da Silva	Açores	Angra do Heroísmo
Delegado de Concelhia	223069	Luis Miguel Borges Soares	Setúbal	Montijo
Delegado de Concelhia	221350	Luis Miguel Cunha Fernandes	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	207159	Luis Miguel Fernandes Teixeira	Bragança	Mogadouro
Delegado de Concelhia	219665	Luis Miguel Gaspar Matos Soares	Guarda	Manteigas
Delegado de Concelhia	219276	Luis Miguel Pereira Carneiro	Porto	Paços de Ferreira
Delegado de Concelhia	131614136	Luís Miguel Vendeiro da Silva	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	176132	Luis Paulo Ramos Freitas	Açores	Ponta Delgada
Delegado de Concelhia	203739	Luis Pedro Faustino da Silva Fernandes	Setúbal	Seixal
Presidente CPD	159408	Luis Renato Guardado Marques	Leiria	Pombal
Delegado de Concelhia	11502596	Luís Ricardo Ferreira Neves	Aveiro	São João da Madeira
Delegado de Concelhia	226428	Madalena Bigode Domingos da Lage	Lisboa AM	Vila Franca de Xira
Delegado de Concelhia	171627	Mafalda Ascensão Cambeta	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	224672	Magda Luísa Gomes Pinto	Açores	São Roque do Pico
Delegado de Concelhia	208748	Magno Manuel Gonçalves Pereira	Porto	Matosinhos
Delegado de Concelhia	217007	Manuel Barata de Tovar Portela Vieira	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	174959	Manuel José Barbosa Gomes	Porto	Paredes
Delegado de Concelhia	164945	Manuel Maria Lagos Pedroso	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	208037	Mara Alexandra da Cunha Silva Alves	Braga	Vila Verde
Delegado de Concelhia	195739	Marc Alexandre Manteigas Gamelas	Aveiro	Vagos

Delegado de Concelhia	176177	Marcelo Fabrício Alves Pereira	Madeira	Ribeira Brava
Delegado de Concelhia	204248	Marcelo Teófilo Gil	Leiria	Alcobaça
Delegado de Concelhia	189483	Márcia Isabel Macedo Vaz Monteiro	Braga	Guimarães
Delegado de Concelhia	209877	Márcio Rafael Gomes Cabral	Santarém	Ferreira do Zêzere
Delegado de Concelhia	198777	Marco André Martins Mendes	Porto	Trofa
Delegado de Concelhia	178917	Marco André Rodrigues Dias	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	186533	Marco José Marreiro	Faro	Portimão
Delegado de Concelhia	225733	Marco Menezes Leça	Madeira	Calheta
Delegado de Concelhia	221342	Marcos António Silva	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	179719	Margarida Rosália Teixeira Ramos	Madeira	Ponta do Sol
Delegado de Concelhia	223286	Maria Ana Moreira Dias de Resende Teixeira	Lisboa AM	Amadora
Delegado de Concelhia	197264	Maria Beatriz Pinto Oliveira Vasconcelos Freitas	Braga	Vizela
Delegado de Concelhia	215450	Maria Carolina de Sousa Domingues	Leiria	Leiria
Delegado de Concelhia	192711	Maria de Fátima Fernandes de Castro	Porto	Felgueiras
Delegado de Concelhia	170497	Maria Inês Tavares da Silva Gonçalves	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	204702	Maria João Esteves Magalhães	Porto	Valongo
Delegado de Concelhia	70500708	Maria Leonor Fonseca Morais Pinto	Évora	Évora
Delegado de Concelhia	171744	Maria Madalena Moutinho Nogueira dos Santos	Porto	Maia
Delegado de Concelhia	222738	Maria Rita Ribeiro Veríssimo Pereira dos Santos	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	211257	Maria Teresa Ferreira Martins Pereira Vicente	Setúbal	Setúbal
Delegado de Concelhia	218717	Mariana Barata Reis Lopes	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	188154	Mariana Campos Carvalho Coelho	Lisboa AM	Oeiras
Delegado de Concelhia	205992	Mariana Cartaxo Lima	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	200832	Mariana Medeiros Esteves	Vila Real	Chaves
Delegado de Concelhia	200750	Mariana Raquel Almeida Oliveira	Porto	Trofa
Delegado de Concelhia	212481	Marina Susete Aires de Sousa	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	230680	Mário Monteiro Neves	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	228407	Marta Alexandra Rodrigues Alves	Madeira	Santa Cruz
Delegado de Concelhia	164242	Marta Daniela da Silva Antunes	Viseu	Tondela
Delegado de Concelhia	216408	Marta Filipa Sousa Geraldes	Lisboa AO	Torres Vedras
Delegado de Concelhia	203483	Marta Sofia Carneiro de Almeida	Porto	Trofa
Delegado de Concelhia	223431	Martim Arnaut Syder	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	225724	Mauro André Santiago de Almeida	Aveiro	Oliveira do Bairro
Delegado de Concelhia	229547	Micaela Cordeiro	Açores	Ponta Delgada
Presidente CPD	158194	Miguel Adelino Pereira Peixoto	Braga	Vila Verde
Delegado de Concelhia	131114890	Miguel Ângelo da Rocha Oliveira	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	215491	Miguel Ângelo Oliveira Marques	Porto	Póvoa de Varzim
Delegado de Concelhia	208818	Miguel Ângelo Pinheiro Antunes	Lisboa AM	Amadora
Delegado de Concelhia	216880	Miguel Ângelo Silva Lopes	Aveiro	São João da Madeira
Delegado de Concelhia	214678	Miguel António Pereira da Silva	Aveiro	Santa Maria da Feira
Delegado de Concelhia	193532	Miguel de Oliveira Quintas	Santarém	Benavente
Delegado de Concelhia	216100	Miguel Ferreira Maia	Porto	Trofa
Delegado de Concelhia	222646	Miguel Gregório Barroso	Castelo Branco	Castelo Branco
Delegado de Concelhia	194377	Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho	Lisboa AM	Oeiras
Delegado de Concelhia	229151	Miguel Nunes de Sousa	Lisboa AM	Sintra
Delegado de Concelhia	218840	Miguel Nuno Gonçalves Bandarra	Guarda	Guarda
Delegado de Concelhia	204550	Miguel Pidwell Júdice de Castro Reis	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	192920	Miguel Tomás Cabral Gonçalves	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	196650	Nance Lara Lourenço da Fonte	Vila Real	Vila Real
Delegado de Concelhia	175028	Natalie Costa Alves Maia da Silva	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	169374	Nuno André Maia das Neves	Aveiro	São João da Madeira
Delegado de Concelhia	215565	Nuno Filipe Lopes	Braga	Guimarães
Delegado de Concelhia	187071	Nuno Filipe Agostinho Carrasqueira	Leiria	Pombal
Delegado de Concelhia	206968	Nuno Filipe Ferreira Lopes	Coimbra	Miranda do Corvo
Delegado de Concelhia	158079	Nuno Gonçalo Fernandes da Luz	Lisboa AM	Cascais

Delegado de Concelhia	180614	Nuno Manuel Martins Montalvão	Vila Real	Chaves
Delegado de Concelhia	200669	Nuno Miguel Silva Magalhães	Bragança	Mirandela
Delegado de Concelhia	221231	Nuno Pereira Rosa	Guarda	Pinhel
Delegado de Concelhia	212169	Nuno Tiago Fernandes Valente	Vila Real	Vila Real
Delegado de Concelhia	188025	Orlando Daniel de Oliveira Magalhães	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	212493	Óscar Emanuel Marques Barbosa	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	174702	Óscar José Vieira de Almeida	Aveiro	Estarreja
Delegado de Concelhia	205020	Oto Alexandre Perdigão Gouveia	Madeira	Santa Cruz
Delegado de Concelhia	158813	Patrícia Meixeiro Príncipe	Lisboa AM	Mafra
Delegado de Concelhia	223375	Paulo Alexandre Magalhães Alves	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	186111	Paulo Alexandre Vieira de Sousa e Costa	Porto	Gondomar
Delegado de Concelhia	226023	Paulo André Perestrelo Rodrigues	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	211384	Paulo Jorge Pereira Afonso	Bragança	Mirandela
Delegado de Concelhia	204294	Paulo Sérgio Carvalho Soares Camelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Delegado de Concelhia	195914	Paulo Tiago Rodrigues dos Santos	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	212273	Pedro André da Silva Ribeiro	Porto	Lousada
Delegado de Concelhia	206626	Pedro André Marques Rodrigues	Santarém	Almeirim
Delegado de Concelhia	219310	Pedro Daniel Gomes Novais	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	210207	Pedro Daniel Mendonça Colaço	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	215250	Pedro Delfim de Almeida Hasse Ferreira	Lisboa AM	Cascais
Delegado de Concelhia	194790	Pedro Filipe da Silva Ferreira	Coimbra	Figueira da Foz
Delegado de Concelhia	188027	Pedro Filipe Pereira da Fonseca	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	219414	Pedro Gomes Filipe	Santarém	Vila Nova de Ourém
Delegado de Concelhia	221584	Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes	Lisboa AM	Loures
Delegado de Concelhia	216487	Pedro Jorge Coelho Oliveira	Santarém	Rio Maior
Delegado de Concelhia	220663	Pedro José Oliveira Marques	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	227779	Pedro Magalhães Gomes	Braga	Esposende
Delegado de Concelhia	220684	Pedro Manuel da Costa Teixeira	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado de Concelhia	182831	Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado de Concelhia	168063	Pedro Miguel Cardoso Roberto	Lisboa AM	Odivelas
Delegado de Concelhia	218735	Pedro Miguel Correia Alves Monteiro	Lisboa AM	Amadora
Delegado de Concelhia	171939	Pedro Miguel Costa de Sousa	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado de Concelhia	175756	Pedro Miguel da Silva Pereira	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	215115	Pedro Miguel de Freitas Taborda	Lisboa AM	Oeiras
Delegado de Concelhia	213488	Pedro Miguel de Matos Faria	Santarém	Entroncamento
Delegado de Concelhia	191945	Pedro Miguel Ferreira Barbosa	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	189287	Pedro Miguel Germano Cardoso	Lisboa AM	Odivelas
Delegado de Concelhia	227617	Pedro Miguel Marques Rainho	Aveiro	Oliveira do Bairro
Delegado de Concelhia	179326	Pedro Miguel Oliveira Fonseca	Braga	Vila Nova de Famalicão
Presidente CPD	115331	Pedro Miguel Santana Cepeda	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	167054	Pedro Miguel Silva Vala	Leiria	Porto de Mós
Delegado de Concelhia	180216	Pedro Miguel Sousa Carvalho	Porto	Maia
Delegado de Concelhia	181784	Pedro Miguel Vieira da Cunha	Aveiro	Aveiro
Delegado de Concelhia	218718	Pedro Silva Laborinho	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	198579	Quitéria Juliana Correia Roriz	Porto	Santo Tirso
Delegado de Concelhia	192020	Rafael Corte Real de Sampaio Rafael	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	185210	Rafael Ribeiro Neto	Lisboa AM	Cascais
Delegado de Concelhia	207049	Rafaela Sofia Mourato Pedro	Santarém	Abrantes
Delegado de Concelhia	219432	Renata Soraia Araújo de Sousa	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado de Concelhia	218980	Renato Carvalho Viana	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Delegado de Concelhia	215911	Renato Leonel Barbosa Gomes	Porto	Lousada
Delegado de Concelhia	186712	René de Lopes Sampaio	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado de Concelhia	185088	Ricardo Barroso da Silva	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	227556	Ricardo Brízido Silva Moreira	Coimbra	Coimbra
Delegado de Concelhia	206238	Ricardo Daniel Nogueira Barbosa	Porto	Vila Nova de Gaia

Presidente CPD	163682	Ricardo Filipe Morgado de Sousa	Guarda	Gouveia
Delegado de Concelhia	173175	Ricardo Filipe Oliveira Venâncio	Leiria	Bombarral
Delegado de Concelhia	131114553	Ricardo Filipe Rocha Sousa	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	223959	Ricardo Filipe Rolim Pãozinho	Lisboa AO	Lourinhã
Delegado de Concelhia	140575	Ricardo Gonçalves dos Santos Rato	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	207095	Ricardo Jorge Alves Correia	Santarém	Golegã
Delegado de Concelhia	170805	Ricardo José Carvalho Geraldo	Coimbra	Penacova
Delegado de Concelhia	184881	Ricardo José Farinha Rosa	Leiria	Alvaiázere
Delegado de Concelhia	212277	Ricardo José Nunes Carvalho Neto	Porto	Lousada
Delegado de Concelhia	167450	Ricardo José Proença Gonçalves	Faro	Loulé
Delegado de Concelhia	179112	Ricardo Manuel de Bessa Marques	Porto	Lousada
Delegado de Concelhia	185135	Ricardo Manuel Laranjeira Matos	Aveiro	Santa Maria da Feira
Presidente CPD	207401	Ricardo Miguel Afonso Pinto	Bragança	Bragança
Delegado de Concelhia	194942	Ricardo Miguel Barros Correia	Braga	Vila Nova de Famalicão
Delegado de Concelhia	207733	Rita Martins	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	193538	Rita de Oliveira Arada Mateus Serra	Santarém	Benavente
Delegado de Concelhia	221408	Rita Filipa de Almeida Neves	Coimbra	Soure
Delegado de Concelhia	213084	Rita Raquel Almeida Fernandes	Viseu	Viseu
Delegado de Concelhia	195741	Rodrigo Ferreiro Fernandes Mourão	Aveiro	Vagos
Delegado de Concelhia	218736	Rodrigo Gonçalves Fonseca	Lisboa AM	Amadora
Delegado de Concelhia	220890	Rodrigo Manuel Ferreira Pardal	Coimbra	Montemor-o-Velho
Delegado de Concelhia	224357	Rodrigo Maria Barradas Ferreira	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	182212	Rodrigo Neves Amaro	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado de Concelhia	222450	Rodrigo Teodoro Passos	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	222999	Romina Vanessa Amaral de Oliveira	Porto	Porto
Delegado de Concelhia	195409	Ruben Américo Jorge Ferreira	Aveiro	Ovar
Delegado de Concelhia	163185	Ruben David da Silva Pinto	Porto	Vila Nova de Gaia
Delegado de Concelhia	213534	Ruben Filipe Rebelo Cabral	Açores	Lagoa (São Miguel)
Delegado de Concelhia	206701	Rui Alexandre Coelho Palaio	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	210420	Rui Filipe Azevedo da Silva	Porto	Maia
Delegado de Concelhia	222061	Rui Filipe dos Anjos Teixeira	Vila Real	Peso da Régua
Delegado de Concelhia	183444	Rui Filipe Joanaz Branco Ribeiro Constantino	Leiria	Caldas da Rainha
Delegado de Concelhia	212606	Rui Guilherme de Castro Morais Araújo	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Delegado de Concelhia	195698	Rui Manuel Alves Martins	Braga	Guimarães
Delegado de Concelhia	204288	Rui Manuel Tavares Rodrigues	Viana do Castelo	Monção
Delegado de Concelhia	220103	Rui Miguel Veiga Chora	Santarém	Rio Maior
Delegado de Concelhia	130514444	Rui Pedro Barbosa Moreira	Porto	Lousada
Delegado de Concelhia	184347	Rui Pedro Guimarães de Melo Carvalho Lopes	Porto	Felgueiras
Delegado de Concelhia	211855	Rui Pedro Lourenço Martins	Açores	Madalena do Pico
Delegado de Concelhia	196011	Rui Pedro Peixoto Ventura	Vila Real	Peso da Régua
Delegado de Concelhia	185323	Rui Rene Pinheiro Dodat	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	194348	Rui Samuel Martins de Alferes Gomes	Santarém	Tomar
Delegado de Concelhia	219229	Rui Sandro Novais da Silva	Braga	Fafe
Delegado de Concelhia	199372	Rute Filipa Peixoto Moreira	Porto	Penafiel
Delegado de Concelhia	197449	Samuel Massena Ribeiro	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	110905970	Samuel Simão Ramos Cerca Serrano	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	218135	Sancho Emanuel Victorino Carrão Ferreira Cazeiro	Santarém	Vila Nova de Ourém
Delegado de Concelhia	206161	Sandra Sofia Lima de Sousa	Porto	Póvoa de Varzim
Delegado de Concelhia	208777	Sara Alexandra Sampaio Mariano	Lisboa AM	Sintra
Delegado de Concelhia	184535	Sara Cristina Meira Brota	Viana do Castelo	Viana do Castelo
Delegado de Concelhia	172525	Sérgio Edgar da Costa Neves	Aveiro	Águeda
Delegado de Concelhia	227689	Silvana Soares Barbosa	Braga	Amares
Delegado de Concelhia	194092	Sílvia Dias Valente	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado de Concelhia	169378	Sílvia Manuela Oliveira Santos	Aveiro	São João da Madeira
Delegado de Concelhia	229034	Simão Pedro Costa Rodrigues	Santarém	Tomar

Delegado de Concelhia	223160	Simão Pedro de Castro e Rêgo	Aveiro	Estarreja
Delegado de Concelhia	207444	Sofia Daniela Pereira Mesquita	Viseu	Viseu
Delegado de Concelhia	192097	Sofia Helena Correia Fernandes Sousa Matos	Porto	Trofa
Delegado de Concelhia	204845	Sofia Raquel Costa Araújo	Madeira	Câmara de Lobos
Delegado de Concelhia	225381	Sónia de Fátima Medeiros Almeida	Açores	Ribeira Grande
Delegado de Concelhia	174498	Sónia Margarida Simões Moreira	Leiria	Ansião
Delegado de Concelhia	198522	Soraia Daniela de Sousa Mourato	Santarém	Sardoal
Delegado de Concelhia	204950	Stella Gouveia da Silva	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	167845	Susana Fernandes dos Santos	Leiria	Pombal
Delegado de Concelhia	201048	Susana Isabel Vicente do Coito	Leiria	Alcobaça
Delegado de Concelhia	200994	Susana Marlene Perdigão Ferreira	Madeira	Ponta do Sol
Delegado de Concelhia	190541	Susana Patrícia dos Santos Araújo	Braga	Barcelos
Delegado de Concelhia	204953	Tânia Filipa Rodrigues Abreu	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	194127	Tânia Sofia Tavares Pires	Aveiro	Vale de Cambra
Delegado de Concelhia	208615	Teodósio Miguel Gouveia Faria	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	205375	Teresa Sofia Abegão Valente de Jesus Martins	Faro	Faro
Delegado de Concelhia	199766	Tiago Alexandre Godinho Mateus	Faro	Lagos
Delegado de Concelhia	195633	Tiago André Pacheco de Almeida	Setúbal	Montijo
Delegado de Concelhia	213166	Tiago Daniel Neves Martins	Coimbra	Soure
Delegado de Concelhia	211351	Tiago Fernando Fontes Mendes	Aveiro	Arouca
Delegado de Concelhia	220478	Tiago Filipe Andrade Cabral	Açores	Ribeira Grande
Delegado de Concelhia	217765	Tiago Filipe de Sousa Moreira	Aveiro	Castelo de Paiva
Delegado de Concelhia	193477	Tiago Filipe Francisco Santos	Santarém	Rio Maior
Delegado de Concelhia	223320	Tiago José Barata Lucas	Castelo Branco	Castelo Branco
Delegado de Concelhia	183376	Tiago José de Almeida Pereira	Viseu	Resende
Presidente CPD	184484	Tiago Manuel Henriques Carrão	Santarém	Tomar
Delegado de Concelhia	196109	Tiago Manuel Palas Santos	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	196144	Tiago Manuel Vieira Simões	Santarém	Golegã
Delegado de Concelhia	172464	Tiago Miguel Lázaro Gameiro	Santarém	Santarém
Delegado de Concelhia	211465	Tiago Miguel Sousa Santos	Setúbal	Barreiro
Delegado de Concelhia	207071	Tiago Póvoa Pinto dos Reis	Porto	Maia
Delegado de Concelhia	111705881	Tomás Pedro Bexiga Roque da Cunha	Lisboa AM	Oeiras
Delegado de Concelhia	230699	Tomás Pereira Aveiro	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	226498	Tomás Silveira Portas	Lisboa AM	Oeiras
Delegado de Concelhia	219964	Tomáz Filipe Brito Neiva Pereira	Viana do Castelo	Ponte da Barca
Delegado de Concelhia	172903	Tony Jesus Ribeiro de Andrade	Madeira	Calheta
Delegado de Concelhia	222744	Vanessa Teles da Mota	Lisboa AM	Lisboa
Delegado de Concelhia	142677	Vânia Cristina Mesquita Saldanha Gouveia	Porto	Vila do Conde
Delegado de Concelhia	228446	Vânia Rubina Neves Mendes	Madeira	São Vicente
Delegado de Concelhia	212090	Vasco António Pinhão Ramos Teles Touguinha	Lisboa AM	Loures
Delegado de Concelhia	200999	Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	200980	Vera José Figueira Rocha	Madeira	Funchal
Delegado de Concelhia	212993	Vitor Emanuel Ladeira Dias	Bragança	Bragança
Delegado de Concelhia	155427	Vitor Hernâni Ferraz dos Santos	Aveiro	Oliveira do Bairro
Delegado de Concelhia	227270	Vitor Hugo Batista Menezes	Madeira	Porto Santo
Delegado de Concelhia	208682	Vitor Hugo Correia Mesquita	Vila Real	Vila Real
Delegado de Concelhia	30909020	Vitor Hugo Machado Mota	Braga	Póvoa de Lanhoso
Delegado de Concelhia	207000	Vitor José Campos Moreira	Braga	Braga
Delegado de Concelhia	191698	Vitor José Mendes da Silva	Porto	Felgueiras
Delegado de Concelhia	223056	Vitor Rodrigues do Nascimento	Lisboa AM	Oeiras
Delegado de Concelhia	211866	Vitória Sousa Couto	Açores	Ponta Delgada
Delegado de Concelhia	215254	Wagner Octávio Perdiz Câmara Errea	Lisboa AM	Cascais
Delegado de Concelhia	205014	Yoselin Geraldine Azevedo Pestana	Madeira	Ribeira Brava
Delegado de Concelhia	221637	Zeferino Manuel de Oliveira Vieira	Porto	Marco de Canaveses

Qualidade	Nacional	Nome	Distrital	Seccão
Membro Conselho Nacional	189037	Afonso João Pires da Silva Martins Leitão	Guarda	Seia
Comissão Eleitoral Independente	132423	Alexandre Miguel Marques Pimentel Leal	Coimbra	Montemor-o-Velho
Comissão Política Nacional	155410	Álvaro Miguel Ferreira Ferreira	Aveiro	Oliveira do Bairro
Presidente As. Est. Ens.Superior	222065	Ana Mafalda Gonçalves Moreira Ferreira Moutinho	Porto	Porto
Conselho Jurisdição Nacional	214769	André Emanuel Bento Sousa	Leiria	Batalha
Membro Conselho Nacional	152448	André Gustavo Teixeira de Magalhães	Braga	Cabeceiras de Basto
Sec. Geral - Adjunto	212656	Ângelo Filipe da Silva Videira dos Santos	Guarda	Pinhel
Membro Mesa do Congresso	174459	Carla Isabel Gomes Martins	Leiria	Ansião
Comissão Política Nacional	179906	Carlos Eduardo Gouveia Martins	Faro	Portimão
Membro Conselho Nacional	207366	Catarina da Quina Fernandes	Lisboa AO	Torres Vedras
Membro Mesa do Congresso	121418	Cláudio Borges Almeida	Açores	Ponta Delgada
Comissão Política Nacional	207643	Cristiana Rodrigues Alves dos Santos	Leiria	Alvaiázere
Membro Conselho Nacional	186994	David Nuno Pato Ferreira	Lisboa AM	Vila Franca de Xira
Comissão Eleitoral Independente	188834	Diogo Cunha Landeiro Manteigas	Lisboa AM	Amadora
Membro Conselho Nacional	211758	Diogo Heitor Cúmano	Portalegre	Castelo de Vide
Membro Conselho Nacional	153023	Diogo José dos Reis Barbosa Marques Leal	Coimbra	Montemor-o-Velho
Presidente As. Est. Ens.Secund.	210600408	Édi Gabriel Maia Gomes	Lisboa AO	Torres Vedras
Membro Conselho Nacional	197201	Eduardo Alexandre Menezes Prior de Almeida	Leiria	Batalha
Presidente As. Est. Ens.Secund.	30308922	Eduardo Oliveira Pinto	Braga	Braga
Membro Conselho Nacional	168290	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes	Viseu	Viseu
Membro Conselho Nacional	211857	Flávio da Silva Soares	Açores	Nordeste
Presidente As. Est. Ens.Superior	223958	Francisco Alexandre Nascimento Antunes	Lisboa AM	Loures
Comissão Política Nacional	154954	Frederico Almeida Nunes	Lisboa AM	Cascais
Comissão Política Nacional	133702	Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar	Santarém	Cartaxo
Membro Conselho Nacional	157980	Gustavo de Assis Soares Coelho	Madeira	Funchal
Comissão Política Nacional	117179	Hugo Miguel da Silva Roque	Lisboa AM	Amadora
Sec. Geral - Adjunto	133768	Irina Alexandra Mendes Martins	Faro	Loulé
Membro Conselho Nacional	193471	Joana Filipa Ferreira Tirano	Santarém	Rio Maior
Comissão Política Nacional	60301563	João Bernardo Gouveia Dinis Parreira	Coimbra	Coimbra
Membro Conselho Nacional	210343	João Diogo Fernandes Ferreira	Braga	Braga
Conselho Jurisdição Nacional	170488	João Miguel Viegas dos Santos Ascenso	Lisboa AM	Lisboa
Sec. Geral - Adjunto	193804	João Paulo Carvalho da Silva	Aveiro	Vale de Cambra
Vice Presidente YEPP	131298	João Paulo Cordeiro Meireles	Porto	Porto
Comissão Política Nacional	141683	João Vasconcelos Barros Rodrigues	Braga	Braga
Comissão Política Nacional	160815	Jorge Augusto Farto Faria de Sousa	Lisboa AO	Lourinhã
Presidente Honorário	20439	Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá	Lisboa AM	Lisboa
Comissão Política Nacional	151537	José Alfredo Pereira Bastos de Oliveira	Viana do Castelo	Ponte da Barca
Membro Conselho Nacional	195817	José António Morgado Benjamim	Évora	Évora
Membro Conselho Nacional	154419	José Hernâni Gouveia Gomes	Madeira	Ribeira Brava
Comissão Política Nacional	140737	José Miguel Filipe Baptista	Santarém	Entroncamento
Comissão Política Nacional	168216	José Miguel Ramos Ferreira	Coimbra	Miranda do Corvo
Presidente As. Est. Ens.Secund.	192600429	Laurindo Alberto Pimentel Frias	Açores	Vila Franca do Campo
Membro Conselho Nacional	202293	Luís Alexandre Serras de Sousa	Santarém	Vila Nova de Ourém
Membro Conselho Nacional	190369	Luis Carlos da Silva Pereira	Açores	Santa Cruz da Graciosa
Membro Conselho Nacional	194856	Luis Carlos Lopes Carvalho	Braga	Póvoa de Lanhoso
Membro Conselho Nacional	122590	Luis Miguel Mesquita Ferreira Neves	Porto	Vila do Conde
Sec. Geral - Adjunto	206102	Márcia Filipa Caldeira Nunes	Castelo Branco	Sertã
Membro Conselho Nacional	183529	Marco Afonso da Cunha Martins Barbosa	Porto	Póvoa de Varzim
Membro Conselho Nacional	168210	Miguel Baião da Encarnação	Faro	Loulé
Membro Conselho Nacional	155813	Nuno Miguel Mendes Firmo	Lisboa AM	Lisboa
Comissão Eleitoral Independente	140798	Nuno Miguel Nunes Castelo	Santarém	Golegã
Comissão Política Nacional	211805	Paulo Rafael Nogueiro Preto	Bragança	Bragança
Membro Conselho Nacional	191095	Pedro Félix Veiga	Aveiro	Anadia
Comissão Política Nacional	159412	Pedro Francisco Pires Brillhante	Leiria	Pombal

Presidente As. Est. Ens.Secund.	223071	Pedro Ilhéu de Oliveira	Setúbal	Montijo
Comissão Política Nacional	196530	Pedro Miguel Rua da Silva Campos	Vila Real	Chaves
Presidente As. Est. Ens.Superior	229596	Ricardo Filipe Ramos Pereira	Lisboa AM	Amadora
Membro Conselho Nacional	154285	Ricardo José Moreira dos Santos	Porto	Paredes
Membro Conselho Nacional	177303	Ruben André de Carvalho Coelho	Aveiro	Albergaria-a-Velha
Comissão Eleitoral Independente	175087	Rui Miguel Pereira dos Santos	Braga	Vila Nova de Famalicão
Comissão Política Nacional	131819	Rui Miguel Ribeiro de Oliveira	Porto	Felgueiras
Membro Mesa do Congresso	181388	Simão Pedro Ramos Santana	Aveiro	Aveiro
Comissão Política Nacional	169831	Susana Isabel Costa Duarte	Lisboa AM	Oeiras
Conselho Jurisdição Nacional	187079	Telmo Gonçalves Gaspar	Leiria	Pombal
Sec. Geral - Adjunto	166872	Tiago Alexandre Guedes da Fonseca	Lisboa AM	Loures
Membro Conselho Nacional	195429	Tiago Miguel Valente Varum	Aveiro	Estarreja
Comissão Política Nacional	155394	Tiago Vieira Laranjeiro	Braga	Guimarães
Conselho Jurisdição Nacional	130701	Vitor Leandro Caldas Esteves	Viana do Castelo	Ponte de Lima